

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**LUCAS MIRANDA RAMOS**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS ENTRE  
O PERU E O BRASIL**

BAURU

2014

**LUCAS MIRANDA RAMOS**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS ENTRE  
O PERU E O BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da professora mestra Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU

2014

Ramos, Lucas Miranda.

R1756r

As relações econômicas bilaterais entre o Peru e o Brasil /  
Lucas Miranda Ramos. -- 2014.

71f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Brasil. 2. Peru. 3. Relações. 4. Bilaterais. 5. Econômicas. I.  
Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

**LUCAS MIRANDA RAMOS**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS ENTRE O PERU E O  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Professora Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Daniel Freire e Almeida  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profa. Ma. Verônica Scriptore F. e Almeida  
Universidade do Sagrado Coração

Bauru,

de 2014.

## RESUMO

As relações econômicas bilaterais entre o Brasil e o Peru foram se intensificando de maneira gradativa e lenta ao longo do século XX, resultando em uma parceria estratégica no início do século XXI. Para compreender os avanços diplomáticos entre os dois países, foi realizado no início do trabalho, um panorama do cenário econômico internacional. Ao analisar os avanços e as mudanças neste cenário econômico internacional, é possível identificar os fatores que favoreceram as aproximações entre os dois Estados, como por exemplo, o surgimento das organizações internacionais e dos blocos de integração regional. Novos interesses apareceram junto com os blocos de integração, possibilitando a intensificação das relações bilaterais entre o Brasil e o Peru, que eram fracas devido à falta de interesses e oportunidades, além de pequenos conflitos que distanciaram ambos os países. As zonas fronteiriças entre os dois países foram motivos para confrontos, mas com a resolução destes pequenos litígios, começaram a enxergar oportunidades e problemas em comum nestas regiões. Diversos acordos foram formalizados por meio de representantes políticos brasileiros e peruanos, referentes às questões fronteiriças e principalmente referentes à Floresta Amazônica, grandes projetos foram surgindo desde então, um deles é a rodovia Inter Oceânica que integrou fisicamente os dois Estados, trazendo novas oportunidades para os países vizinhos também, que poderiam ter acesso a rodovia. A integração física foi um dos principais motivos para que o Brasil e o Peru conseguissem intensificar suas relações econômicas. Os encontros entre Chefes de Estado se tornaram freqüentes, até que se resultou na consolidação de uma parceria estratégica. A partir deste ponto, as trocas comerciais entre os dois países alavancaram e tiveram excelentes resultados em menos dez anos, o Brasil então, se tornou o terceiro principal exportador para o Peru. Embora essa relação bilateral tenha alcançado bons resultados, ainda não são satisfatórios.

Palavras chave: Relações. Econômicas. Brasil. Peru. Economia. Internacional. Bilaterais.

## **ABSTRACT**

Bilateral economic relations between Brazil and Peru were intensifying gradually and slowly throughout the twentieth century, resulting in a strategic partnership in the early twenty-first century. To understand the diplomatic progress between the two countries, was held in early labor an overview of the international economic scene. In analyzing the advances and changes in the international economic scenario, it is possible to identify the factors that favored approaches between the two states, for example, the emergence of international organizations and regional integration blocs. New interests appeared along with the integration blocs, enabling the enhancement of bilateral relations between Brazil and Peru, which were weak due to lack of interest and opportunities, and also conflicts that had distanced both countries. The border areas between the two countries were reasons for fighting, but with the resolution of these small disputes, both countries began to see common problems and opportunities in these regions. Several agreements were formalized by Brazilian and Peruvian political representatives, relating to border issues and mainly related to the Amazon rainforest, large projects have emerged since then, one of them is the Inter Oceanic highway physically integrating the two states, bringing new opportunities for neighbors countries as well, they could have access to the highway. Physical integration was one of the main reasons for Brazil and Peru were able to intensify their economic relations. The meetings between heads of state have become frequent, until it resulted in the consolidation of a strategic partnership. From this point on, trade between the two countries leveraged and had excellent results within ten years, Brazil then became the third largest exporter to Peru. Although this bilateral relationship has achieved good results, they still not satisfactory.

Key words: Relations. Economics. Brazil. Peru. International. Bilateral. Economy

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>08</b>
2.1	PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX.....	08
2.2	BRETTON WOODS.....	10
2.3	GATT (GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE).....	14
2.4	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.....	18
2.5	PARTICIPAÇÕES DO PERU E DO BRASIL NA OMC.....	20
2.6	RODADA DE DOHA.....	21
2.7	INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	25
2.8	MERCOSUL.....	26
2.9	COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES.....	29
2.10	UNASUL.....	31
2.11	ALIANÇA DO PACÍFICO.....	33
<b>3</b>	<b>HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E PERU.....</b>	<b>35</b>
3.1	PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	35
<b>4</b>	<b>TENDÊNCIAS ATUAIS ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E PERU.....</b>	<b>51</b>
4.1	GOVERNO LULA.....	51
4.2	ANÁLISE COMERCIAL DO GOVERNO LULA.....	56
4.3	GOVERNO DILMA.....	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil sempre teve consciência da importância de ter boas relações com os países vizinhos, da mesma forma que, o Peru sabia das necessidades de se aproximar do Brasil. A aproximação entre estes dois países foi acontecendo de forma gradativa e lenta, mas os interesses em comum motivaram as autoridades de ambos os países a estabelecerem relações diplomáticas que acabaram resultando em uma aliança estratégica em 2003.

O cenário internacional contribuiu para o aprofundamento desta relação, pois após muitas transformações ao longo do século XX, os países foram adotando novas perspectivas e através das organizações internacionais e dos blocos de integração, os países foram criando laços econômicos e políticos cada vez mais fortes.

Embora os avanços diplomáticos entre o Peru e o Brasil tenham obtido bons resultados, não são satisfatórios. Por serem países vizinhos e possuírem uma área fronteiriça com mais de 2900 quilômetros de extensão, a integração entre os dois Estados deveria ser muito mais relevante.

As diferenças ideológicas e a falta de interesse na aproximação entre esses dois países durante o século XX fizeram com que os avanços diplomáticos fossem lentos e fracos. Mas, com a resolução de todos os conflitos existentes na região que influenciavam nas relações entre o Peru e o Brasil, e com os objetivos de desenvolvimento convergentes, os dois Estados começaram a intensificar suas relações.

Neste trabalho será possível compreender as dificuldades e os empecilhos para os avanços das relações bilaterais entre o Peru e o Brasil, além de identificar as oportunidades que foram surgindo com os problemas que ambos tinham em comum.

O Brasil sempre foi um grande exportador de produtos primários, em 2010 a exportação de produtos não industriais ou de relativamente baixa intensidade tecnológica ultrapassou 50% do total, enquanto a participação de produtos de alta tecnologia ocupa uma pequena parte das exportações brasileiras. Embora o país seja muito beneficiado por essa produção, suas exportações estão vulneráveis as variações nos preços internacionais e aos padrões de consumo de outros países. O incentivo a produção de produtos de alto valor agregado é essencial para que o país possa estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico.

Grande parte dos consumidores de produtos com intensidade tecnológica do Brasil são países da América do Sul. O Peru é um exemplo, 80% de suas importações do Brasil são de produtos manufaturados. Porém o Brasil está perdendo parte deste mercado para outros países

que estão aprofundando cada vez mais as relações econômicas, através de acordos comerciais. É necessário que o Brasil crie laços diplomáticos com os países vizinhos, especialmente com o Peru, para que continue se desenvolvendo e se destacando na América do Sul.

No primeiro capítulo será possível compreender de maneira simples, o cenário econômico internacional e suas mudanças ao longo do século XX, também serão abordados o surgimento das organizações internacionais e dos blocos regionais.

Tendo o conhecimento dos blocos regionais e das organizações internacionais das quais o Brasil e o Peru fazem parte, foi traçado o histórico de relações diplomáticas entre o Brasil e o Peru no segundo capítulo, possibilitando obter conhecimento sobre as etapas que ambos os países passaram até atingir uma aliança estratégica analisada no terceiro capítulo, através de dados, tabelas e novos projetos elaborados que resultaram em excelentes resultados nas relações bilaterais entre Brasil e Peru.

Como este é um trabalho de análise das relações bilaterais, a metodologia escolhida foi à análise de dados dos dois países e de suas relações e pesquisa bibliográfica. O tema é pouco pesquisado e por esse motivo, a bibliografia é um tanto escassa. Os materiais utilizados foram livros, artigos científicos e pesquisas de órgãos do governo.

## 2. A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

### 2.1 PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX

O comércio internacional não havia constituído um sistema monetário que facilitasse o intercâmbio de mercadorias até meados do século XIX. Neste período o sistema bi metálico que utilizava o ouro e a prata como moedas internacionais era predominante em grande parte da Europa. Mas este sistema apresentava diversas falhas, principalmente na fixação dos valores de cada metal. A descoberta de uma mina de prata, por exemplo, afetava todo o comércio internacional, por ter uma quantidade excessiva de moeda no mercado.

O Padrão Ouro foi o primeiro Sistema Monetário Internacional e vigorou de 1870 a 1914. Neste período a Inglaterra era a potência econômica líder, sendo o centro financeiro do mundo. Os outros países tinham que se alinhar às diretrizes da política inglesa para obter sucesso econômico. O Banco Central assim como atualmente, preservava a paridade oficial entre as moedas de ouro e o equilíbrio da balança de pagamentos dos Estados, para alcançar este equilíbrio, o Padrão Ouro tinha mecanismos automáticos, sendo o mecanismo do fluxo de preço em espécie reconhecido por David Hume<sup>1</sup> o mais importante. Krugman (1999) pôde descrever de um jeito simples o sistema de preço em espécie.

Suponha que o superávit em conta corrente da Inglaterra seja maior que o déficit de sua conta de capital menos reservas. Como as importações líquidas dos estrangeiros, provenientes da Inglaterra, não estão sendo financiadas totalmente pelos empréstimos concedidos aos estrangeiros, o equilíbrio deve ser obtido por fluxos de reservas internacionais - isto é, de ouro - que entram na Inglaterra. Esse fluxo de ouro reduz automaticamente a oferta de moeda estrangeira e aumentam a oferta de moeda da Inglaterra, baixando os preços estrangeiros e elevando os preços da Inglaterra. O aumento dos preços ingleses e a queda dos preços estrangeiros - uma apreciação real da libra, dada a taxa de câmbio fixa - reduzem a demanda estrangeira por bens e serviços ingleses e ao mesmo tempo aumentam a demanda inglesa por bens e serviços estrangeiros. Esses deslocamentos da demanda funcionam na direção da redução do superávit em conta corrente da Inglaterra e da redução do déficit em conta corrente do estrangeiro. Por fim, os movimentos de reservas param e ambos os países atingem o equilíbrio do balanço de pagamento. O mesmo processo também funciona ao contrário, eliminando uma situação de superávit estrangeiro e déficit inglês. (KRUGMAN, 1999, p. 546 – 547).

---

<sup>1</sup> David Hume foi considerado um dos mais importantes pensadores do chamado iluminismo escocês e da própria filosofia ocidental.

O Padrão-Ouro funcionou bem, mas era criticado por suas falhas, a principal delas dizia respeito à limitação imposta pela Inglaterra, Robert Triffin<sup>2</sup> dizia que o padrão ouro se limitava somente para aqueles países que eram mais desenvolvidos, e obtinham vínculos políticos, econômicos e financeiros.

O que pode-se verificar é que, através do padrão ouro, os dirigentes ingleses fizeram do controle quase “monopolístico” dos meios de pagamento universal (a libra como moeda mundial) instrumento de subordinação aos outros países, isso permitiu que o governo inglês dirigisse com eficiência um espaço político e econômico muito maior que qualquer outro império mundial anterior jamais geriu ou poderia ter gerido.” (PEDRO LOPES, 2014, p. 05).

Os mecanismos automáticos do Padrão Ouro se tornaram incompatíveis com a eclosão da primeira guerra mundial, os países financiavam seus gastos emitindo moeda, com tantas pessoas participando das guerras, a capacidade produtiva e a força de trabalho foram reduzidas, elevando os preços em todos os países após a guerra.

Após a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra tenta restabelecer o Padrão Ouro, mas isso foi realizado em bases frágeis, pois as taxas supervalorizadas da libra antes da guerra canalizaram dinheiro especulativo para aquele país causando uma recessão econômica na Inglaterra. Através de auxílio e empréstimos contraídos no exterior, a conversibilidade foi conseguida pelos países com câmbio subvalorizado, tendo níveis de reservas adequados pelo Banco Central. Sendo assim a Inglaterra perde o “monopólio” que tinha no Padrão Ouro, descentralizando o acúmulo de capital.

Objetivando amenizar (ou resolver) esse problema, as autoridades britânicas buscam dois caminhos: a) a negociar com outros países (especialmente com os Estados Unidos) níveis de taxas de juros, propondo taxas de juros mais altas na Grã-Bretanha; b) e a instituição do padrão câmbio-ouro, no qual os bancos centrais de outros países poderiam deter uma parte substancial de suas reservas monetárias internacionais na moeda nacional dos principais centros financeiros, entenda-se libra esterlina. O padrão câmbio-ouro teve vida efêmera, prevalecendo a incerteza e a desconfiança dos países que tinham parte de suas reservas em libras esterlinas, especialmente a França. “Esse arranjo inglês não suportou a grande depressão de 29 e a libra esterlina perde definitivamente seus status como reserva internacional em 1931.” (PEDRO LOPES, 2014, p. 6)

O funcionamento Padrão Ouro não era vantajoso para os países periféricos, fator que dificultava com que este sistema continuasse. Para controlar a balança comercial das nações mais desenvolvidas, os países periféricos eram prejudicados e suas dívidas externas eram

---

<sup>2</sup> Robert Triffin era um economista da Bélgica e ficou conhecido por suas críticas ao sistema de Bretton Woods, da taxa fixa de troca. Sua crítica ficou conhecida como Dilema de Triffin.

agravadas, não podendo ser solucionadas pelo sistema do padrão ouro, suas moedas eram desvalorizadas. Assim os países periféricos apresentavam dificuldades para permanecer no padrão ouro, pelas próprias flutuações cíclicas da economia mundial.

O cenário econômico internacional no período entre a primeira guerra mundial e a segunda guerra, ficou marcado por flutuações cambiais abruptas, decorrentes do excesso de emissão monetária, desvalorizações competitivas e aumento do uso de políticas protecionistas, o que consolidou um sistema monetário instável e não-cooperativo. Surgiu então a necessidade de um novo modelo econômico que suportasse as tensões entre objetivos conflitantes de política econômica, a mobilidade internacional dos capitais, não disciplinada pela manutenção da convertibilidade e o deslocamento do centro hegemônico mundial, da Inglaterra para os Estados Unidos. (CARVALHO, 2004, p. 51)

A situação econômica internacional neste período estava caótica, de certo modo que em plena guerra, no ano de 1944 em julho, os representantes da Aliança das Nações Unidas se reuniram em Bretton Woods para estruturar um novo padrão monetário internacional.

## 2.2 BRETTON WOODS

As negociações da nova estrutura do padrão monetário ocorreram entre 1942 – 1944 entre os ingleses e os americanos.

O lado britânico, representando os devedores, foi liderado por John Maynard Keynes, e o lado americano, representando os credores por Harry Dexter White. De forma resumida, o Plano Keynes propunha a criação de uma Câmara de Compensações Internacionais (International Clearing Union, ICU), um tipo de Banco Central dos bancos centrais, que de posse de um grande volume de recursos e centralizando o sistema de pagamentos em âmbito global, teria a função de corrigir os desequilíbrios dos balanços de pagamentos dos países em forma ordenada, contemplando credores e devedores. Neste sentido, a Clearing Union cumpriria o papel de “international lender of last resort”. Intentava-se, com isso, suprimir o ajuste concebido como automático e deflacionário da balança de pagamentos, no caso dos países deficitários, conforme sugerido pela escola quantitativista à lá Hume e Ricardo a partir da introdução de “mecanismos corretores globais.” (OLIVEIRA, MAIA E MARIANO, 2008, p. 200)

Os mecanismos corretores globais para que o plano de Keynes se tornasse possível eram; a criação de uma moeda internacional, suplantar a oferta limitada de dólar e ouro; estabelecer limites generosos de saque para países deficitários e imprimir automaticidade nas decisões de empréstimo. O dinheiro internacional seria nominado bancor e poderia ser convertido em ouro com uma paridade fixa, mas reajustável. Este dinheiro não teria existência física, somente escritural, ou seja, o ouro continuaria em circulação, sendo inviável para a

situação, pois o crescimento econômico avançava de certo modo que a oferta exógena de ouro não acompanharia o processo de desenvolvimento.

O plano Keynes visava, sobretudo eliminar o papel perturbador exercido pelo ouro enquanto o último ativo de reserva do sistema, instrumento universal da preferência pela liquidez. Buscava, portanto, uma distribuição mais equitativa do ajustamento dos desequilíbrios de balanço de pagamento entre deficitários e superavitários. Isto significava, na verdade [...], facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os países superavitários. (BELLUZO, 2004, p.226)

Sendo um dos críticos mais radicais do padrão-ouro, Keynes apontava diversos erros neste padrão monetário, como os custos, de produto e emprego; o crescimento da economia que exige uma oferta equitativa de moeda, pois na falta de moeda, as conseqüências seriam juros altos, ou preços de bens e serviços baixos, entre outros. Outra falha do sistema seria o ajuste assimétrico, o crescimento desigual de um país poderia acabar prejudicando-o, pois quase o total de suas exportações depende da demanda dos outros Estados e suas demandas de importações aumentam para suprir suas necessidades, porém os outros países não acompanham este processo de desenvolvimento desigual e não possuem capacidade para prover aquilo que o país desenvolvido precisa. Isto faz com que o Estado tenha duas alternativas, uma delas seria o próprio endividamento para cobrir seus déficits, ou a criação de restrições às importações, para reduzir sua demanda por importação.

Havia uma terceira opção que seria estimular o crescimento dos países parceiros. Mas o padrão-ouro dificultava isto, pois era extremamente complicado diminuir a renda de países deficitários. E sempre quando existe um país deficitário, existe um superavitário em contrapartida formando uma assimetria no cenário internacional.

O plano Keynes era contra a hierarquia das moedas, pois sendo assim todos os Estados concorreriam à condição de moeda internacional, e a conseqüência disto seria a subordinação das políticas nacionais de todos os países ao Estado emissor da moeda central. Outra característica muito importante do plano era o controle sobre os fluxos internacionais de capitais, para reprimir as oscilações cambiais. O reajuste cambial assim como a adoção de restrições cambiais eram possibilidades para evitar que o equilíbrio externo prejudicasse os países internamente.

Keynes e White tinham intuítos radicalmente diferentes, é possível notar nas formas de operar uma economia de mercado, e também na divergência de interesses dos países que cada um representava.

A proposta inglesa era justamente criar regras monetárias internacionais que resolvessem os dois problemas citados, a rigidez da oferta de liquidez e a incidência exclusiva da responsabilidade por ajustes de balanço de pagamentos sobre os países deficitários, ao invés de envolver também os superavitários. Ajustes feitos por países deficitários seriam sempre contracionários, e, portanto deletérios para a atividade econômica: ou o país reduzia sua renda para importar menos, ou prejudicava o comércio internacional, adotando restrições a importações. (CARVALHO,2004,p.5)

As medidas que iriam restringir as exportações dos Estados Unidos eram a maior preocupação norte americana, pois era evidente que no pós-guerra o país que mais iria lucrar seria os Estados Unidos, e justamente por isso as barreiras protecionistas seriam voltadas justamente para os americanos. Sabendo disso, o Plano White visava à volta ao câmbio livre, junto a regimes cambiais organizados para que o comércio internacional pudesse fluir de modo expansivo, para isso, o recurso a controles administrativos contra suas exportações deveriam ser ilegais.

O Plano White era menos ambicioso e mais simples que o plano inglês, pois as preocupações dos Estados Unidos para o pós-guerra se resumiam praticamente nas adoções de práticas restritivas de comércio que outros Estados poderiam adotar.

O plano americano envolvia a criação de uma instituição cujo papel seria duplo. Por um lado, serviria de fórum para o exame das condições econômicas dos países associados, de modo a fugir ao dilema câmbio fixo do padrão-ouro e desvalorizações competitivas dos períodos de crise. Este fórum representaria a comunidade de nações e seria encarregado de avaliar quando as taxas de câmbio, que de outro modo deveriam permanecer fixas, seriam ajustadas. Quando um país pudesse mostrar que uma correção de suas taxas de câmbio era necessária porque sua economia tivesse passado por mudanças fundamentais, essa correção seria autorizada. Este mecanismo eliminaria as desvalorizações oportunistas cuja justificativa fosse apenas a de transferir problemas para vizinhos preservando a possibilidade de mudanças do câmbio quando fossem realmente justificadas (CARVALHO, 2004, p. 8)

Ambos os planos abordavam a adoção de controles de capital para tratar de crises de balanço de pagamentos causados por fugas de capitais, mas no Plano White este ajuste seria de curto prazo, para evitar pressões passageiras sobre as taxas de câmbio fazendo com que o mercado tenha fluidez e parasse de transferir os problemas para os vizinhos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>A política conhecida como transferir a miséria para seu vizinho (beggarthyneighbor), segundo Carvalho: “um país sofrendo de depressão e desemprego desvaloriza sua moeda de modo a impulsar suas exportações líquidas (exportações menos importações), transferindo, assim, seus problemas para seus parceiros. Estes, naturalmente, tenderiam a fazer o mesmo devolvendo ao primeiro país o problema, que se veria forçado a nova rodada de desvalorizações, e assim por diante. Esse sistema, também conhecido como de desvalorizações competitivas, era obviamente instável. Com o tempo, sua eficácia acabava diminuindo (já que os parceiros reagiam cada vez mais rapidamente às tentativas de lhes tomar mercados) e as fricções do comércio cresciam. Era inevitável que, em tal cenário, os países com problemas acabassem buscando medidas mais eficazes de defesa, restringindo o comércio, adotando medidas abertamente protecionistas, e mesmo tentando garantir, pela mão militar, o suprimento de bens e serviços que tivessem de obter no exterior. A guerra comercial poderia,

No Plano White, portanto, não existiria uma moeda nova. As moedas nacionais que tinham aceitação internacional continuariam sendo utilizadas nas operações estrangeiras, sendo assim, as políticas monetárias dos países que emitem essas moedas, determinariam a liquidez internacional. O Fundo de estabilização<sup>4</sup> proposto por White não teria autoridade para promover um ajuste expansionista, também não teria qualquer controle sobre as reservas dos Estados membros, sendo assim não poderia influenciar países superavitários a expandir sua demanda.

A conferência de Bretton Woods ocorreu em julho de 1944 e teve duração de somente três semanas, pois as negociações e os debates entre os dois modelos econômicos das delegações americanas e britânicas já haviam acontecido.

Os acordos de Bretton Woods seguiram de perto a proposta americana, por óbvias razões. Foi criado um fundo de estabilização, na linha proposta pelos Estados Unidos com o nome de Fundo Monetário Internacional (outra instituição criada em BW foi o Banco Mundial, com um mandato mais estreito, o de financiar a reconstrução das economias européias no pós-guerra). (CARVALHO, 2004, p.10)

As contribuições para o tesouro do Fundo Monetário Internacional definiria o número de votos que cada país teria na administração da instituição. Foram-se criados os estatutos, que tinham diversos tipos de restrições como a proibição de financiar desequilíbrios de balanços de pagamento gerados por problemas na conta de capitais. Outros detalhes foram organizados em uma conferência realizada em Savannah, nos Estados Unidos em 1946 onde foi estabelecida a diretoria do instituto, localização, estrutura organizacional, entre outros.

O Fundo Monetário Internacional foi criado para gerir os processos de ajustes de balanços de pagamentos dos países desenvolvidos no âmbito de um sistema de câmbio fixo. Hoje, a missão da instituição parece ser dedicar-se a promover sua visão de economia ideal entre os países em desenvolvimento que a ela apelam por ajuda quando pressionados por problemas de balanço de pagamentos. (CARVALHO, 2014, p.14)

---

assim, se transformar em guerra pura e simples.” (CARVALHO, p. 6) Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton\\_woods\\_aos\\_60\\_anos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf)

<sup>4</sup>O Fundo de estabilização constituiria um tesouro, um baú de moedas, contendo, em princípio, quantidades de moedas de todos os países associados, proporcionais à importância dessas moedas no comércio internacional. Assim, sempre que um país enfrentasse problemas temporários nos seus pagamentos com um determinado parceiro, ele poderia recorrer à instituição para comprar temporariamente a moeda de que precisasse, enquanto promovia os ajustes necessários na operação de sua economia.

O modelo econômico estabelecido nos acordos de Bretton Woods vigorou até os anos 70, e o Banco Mundial junto com o Fundo Monetário Internacional continuam sendo de suma importância para o equilíbrio e fluidez do sistema econômico internacional.

### 2.3 GATT ( GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE )

Após a Segunda Guerra Mundial, foi estabelecida uma nova ordem política e econômica.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) representou a base política da ordem internacional pós-Segunda Guerra. Os pilares econômicos dessa ordem – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido como Banco Mundial – foram criados pelo acordo de Bretton Woods, de 1944. Uma terceira instituição, dedicada ao estabelecimento de um sistema multilateral de comércio, seria a Organização Internacional do Comércio (OIC), a ser criada em 1947. (GIRARDI, MALLMAN, 2008, p.2)

Estabelecida pela Carta de Havana, em 1947, a Organização Internacional do Comércio foi elaborada para complementar o conjunto de instituições da nova ordem internacional. Seus objetivos eram estabelecer regras para facilitar o comércio internacional, e assim, estimular o desenvolvimento econômico dos Estados. Em 1948, a Carta de Havana foi assinada pelos cinquenta e três países presentes na conferência, mas apesar disso, a tentativa de criação da Organização Internacional do Comércio falhou, pois os Estados Unidos não ratificaram a proposta.

Mesmo com o fracasso na criação da Organização Internacional do Comércio, as negociações que ocorreram em Genebra não foram em vão, a partir da elaboração da Carta de Havana, foi decidido o Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio, o GATT. Com um conjunto de normas e concessões tarifárias o acordo proporcionava a liberalização comercial<sup>5</sup> e combater práticas protecionistas.

Por meio das cláusulas: nação mais favorecida<sup>6</sup>, do tratamento nacional<sup>7</sup>, e da transparência<sup>8</sup>, o GATT pretendia tornar o mercado internacional mais liberal e justo. Mas

---

<sup>5</sup> A liberalização comercial pode ser alcançada com a isenção de tarifas aduaneiras ou outras barreiras quem impedem o fluxo das mercadorias entre países

<sup>6</sup> A cláusula da nação favorecida significa que o comércio internacional deve ser conduzido em bases não discriminatórias. Ou seja, um país não pode conceder a outro tratamento privilegiado em relação aos demais, salvo as exceções previstas no próprio Acordo.

existiam as cláusulas de escape<sup>9</sup>, para os países que resguardassem os interesses domésticos não interferissem no processo de liberalização.

Os países em desenvolvimento não foram beneficiados com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio e começaram a manifestar sua insatisfação, e para que estes países em desenvolvimento continuassem no acordo, na década de 60, foram criados mecanismos de tratamentos diferenciados, como por exemplo, o SGP (Sistemas Gerais de Preferências) que concedia acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos. Porém somente em 1979, a medida diferenciada foi autorizada de forma permanente devido à cláusula de habilitação.

Buscando sempre reajustar o acordo, o GATT promoveu oito rodadas de negociações multilaterais, sendo elas: Genebra, Suíça (1947); Annecy, França (1949); Torquay, Reino Unido (1950-51) Genebra 1956; Genebra (1960-62), Genebra (1964-67); Tóquio, Japão, (1974-79), e finalmente, a Rodada Uruguai (Punta Del Este, 1986-62). Para que as novas práticas de comércio fossem adequadas.

Na primeira rodada, em Genebra em 1947, o mundo estava passando por uma crise no que se refere à conversibilidade de moedas e contas externas. Os Estados Unidos foram os únicos a fazerem grandes concessões tarifárias. Os demais 22 participantes do GATT fizeram concessões mínimas (PEREIRA, 2005, p.3)

A rodada de Genebra resultou em 122 acordos de redução mútua de tarifas, e 45.000 concessões, 23 países concluíram o Protocolo de Vigência Provisória do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Em 1949 aconteceu a segunda rodada, em Annecy. Neste período, o cenário internacional estava passando por grandes mudanças, houve um bloqueio russo à cidade de Berlim, a China estava tomada pelo poder comunista e aconteceu o primeiro teste nuclear soviético, fatores que ameaçaram a segurança internacional e entraram em pauta nas rodadas seguintes do GATT. A rodada de Annecy resultou em 5.000 reduções de tarifas.

A terceira rodada, em Torquay, aconteceu em 1951 e foi considerado um fracasso, pois dos 400 artigos discutidos, somente 144 foram aprovados. As negociações resultaram em

---

<sup>7</sup>Por esta cláusula, os signatários do GATT acordaram que os impostos internos e outros encargos, as leis, regulamentações e requerimentos aplicáveis às vendas internas não podem ser aplicadas diferentemente aos produtos fabricados internamente do que são aos produtos importados.

<sup>8</sup>Cláusula da transparência, que obriga a publicação de todos os regulamentos relacionados ao comércio.

<sup>9</sup>Exemplos de medidas de exceção são encontrados no Artigo XIX do Acordo Geral, que permite a adoção de salvaguardas para concessões tarifárias outorgadas no âmbito do GATT e no Artigo XII, que autoriza a imposição de restrições às importações em razão de desequilíbrios no balanço de pagamentos. As medidas antidumping, de que trata no Artigo VI, também pode ser incidindo exclusivamente sobre as importações originárias de certos países, indo de encontro ao princípio da nação mais favorecida.

8700 reduções tarifárias. Neste período a guerra entre os dois blocos de poder da Coreia se intensifica.

Em 1951 ocorreu à quarta rodada do GATT, em Genebra, que resultou em 2,5 bilhões em reduções tarifárias, mas houve uma redução no número de países participantes, somente 26 dos 38 países participou, este número se manteve na quinta rodada ocorrida em Dillon, que resultou em concessões tarifárias no valor de 4.900 milhões de dólares americanos do comércio mundial.

Realizada em Genebra, a Rodada Kennedy ocorreu entre 1964-1967, e recebeu este nome em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy. Com 62 países participantes, a rodada obteve resultados mais expressivos. A Comunidade Européia, pela primeira vez, participou das negociações como um bloco trazendo mais poder de barganha entre os principais negociadores. O primeiro acordo antidumping foi concluído e a redução linear da tarifa foi adotada e permitiu redução de 35% na tarifa média dos produtos industrializados.<sup>10</sup> Esta Rodada visava aumentar as exportações dos Estados Unidos para os países da Comunidade Econômica Européia, e o resultado das negociações foram reduções de 35 a 40 por cento nas tarifas. Como ajuda aos países mais pobres, foi estabelecido um acordo para o fornecimento de 4,5 milhões de toneladas de trigo por ano.

A sétima rodada foi negociada em Genebra e ficou denominada como Rodada de Tóquio, com um aumento expressivo de participantes, ao total de 102 países. Foram às negociações mais longas do GATT, tiveram duração de seis anos e o tema predominante foi às barreiras não-tarifárias. O comércio afetado também teve um aumento expressivo para 155 bilhões de dólares.

A Rodada Tóquio de negociações (1973-1979) ocorreu num quadro totalmente diferente: a proliferação do uso de barreiras não tarifárias reduziu a importância do instrumento tarifário como mecanismo de proteção. Ao longo da década de setenta, a economia mundial passou por importantes transformações, dentre as quais se destacam a consolidação e da Comunidade Européia como competidores dos Estados Unidos no comércio mundial. Ressalte-se ainda que os países recentemente industrializados tornaram-se detentores das vantagens comparativas em produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra e que o avanço de inovações tecnológicas nos chamados novos setores da terceira revolução industrial acirrava a concorrência entre os países desenvolvidos (FERRACIOLI, 2007, p. 4)

---

<sup>10</sup>“Na Rodada Kennedy, os países em desenvolvimento aprofundaram sua percepção quanto ao não atendimento de seus interesses. Como resultado de um posicionamento mais coordenado, alcançou-se que fosse introduzida a Quarta Parte do Acordo, tratando de seus interesses. Os artigos dessa quarta parte foram negociados após o grupo dos 77 ter conseguido criar a UNCTAD, em 1964, e haver pressionado por um tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento vinculando comércio internacional e desenvolvimento econômico” (FERRACIOLI, 2007, p.4)

Durante esse período, o cenário internacional enfrentava crises, como os choques de preços do petróleo<sup>11</sup> e a perda da competitividade da economia norte-americana, fator que levou os Estados Unidos a pressionar em seus parceiros a realizarem negociações bilaterais. Apesar da Rodada de Tóquio ter sido a transformação mais forte do sistema multilateral até o momento, as negociações falharam ao não abordar os produtos agrícolas e os têxteis nas regras usuais e também no avanço do tratamento de salvaguardas para haver uma maior transparência dos acordos de restrição voluntária a exportações.

Ao final da Rodada Tóquio, o Brasil aderiu aos acordos Antidumping, de Subsídios e Medidas Compensatórias, sobre Barreiras Técnicas e de Valoração Aduaneira. Entretanto, os acordos referentes a antidumping e subsídios somente viriam a ser incorporados ao ordenamento jurídico nacional em 1986. Na década de 80, a política de comércio exterior do Brasil ainda adotava uma série de legislações e regulamentações com objetivos protecionistas, destacando-se dentre elas a “pauta de valor mínimo” e o “preço de referência”. A “pauta do valor mínimo” fora introduzida pela Lei de Tarifas de 1957 e permitia que, para que calculassem o Imposto de Importação devido, as autoridades estipularem, unilateralmente, os preços das mercadorias importadas. Já o “preço de referência” concedia direitos semelhantes, aplicáveis em casos que fossem constatadas disparidades nos preços de importação de mercadorias originárias de países diferentes. (FERRACIOLI, 2007, p.5)

A Rodada de Tóquio encorajou a preparação de uma nova rodada de negociações, com novos temas econômicos. Em 1982, a administração estadunidense prepara a oitava rodada de negociações que aconteceu no Uruguai. Os temas pautados seriam sobre a preservação das patentes sobre propriedade intelectual, e a liberalização do comércio de serviços.

A Rodada Uruguai surge num contexto auge das idéias econômico-liberais com Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos países em desenvolvimento. Essa ideologia recomendava uma liberalização do sistema financeiro internacional, uma ampla liberalização comercial, além de um receituário de equilíbrio fiscal para as políticas domésticas apregoado pelo FMI e o Banco Mundial. (PEREIRA, 2005, p. 4)

A rodada de negociações do Uruguai foi a mais longa do GATT, teve uma duração de oito anos com o maior número de países participantes, mais de 125 Estados. A rodada afetou 3,7 trilhões de dólares do mercado internacional. Durante as negociações, diversas regras do GATT foram reforçadas e anteriormente o período de negociações, medidas liberalizantes

---

<sup>11</sup> A crise do petróleo aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial e foi provocada pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e Golfo Pérsico de distribuição de petróleo para os Estados e países da Europa.

foram adotadas<sup>12</sup> e continuaram sendo discutidas durante a rodada. Os resultados da Rodada Uruguai foram difíceis de serem atingidos e por isso demoraram tanto,

O velho acordo de 1947 foi substituído por um conjunto de regras muito mais abrangente, aplicável a um conjunto ampliado de produtos e que seriam administrados por uma nova organização internacional. (FERRACIOLI, 2007, p.06)

O acordo para a constituição da nova organização internacional que administraria as novas regras foi assinado em Marrakesh, Marrocos, por 111 países e foi denominado como Organização Mundial do Comércio.

## **2.4 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)**

A Organização Mundial do Comércio foi o destaque dos objetivos alcançados na Rodada Uruguai, mas outros aspectos também foram de extrema importância para o mercado internacional, como a incorporação dos setores agrícola e têxtil à disciplina do GATT, acordos referentes aos novos temas que seriam os serviços, propriedade intelectual e investimentos que entrariam em vigor no cenário internacional, e a conclusão de acordos específicos a medidas sanitárias e fitossanitárias.

A nova organização internacional teve seu efetivo funcionamento em 1995 e os seus princípios são o da não discriminação e o do desarmamento alfandegário.

O objetivo primordial da OMC é fazer com que o comércio possa fluir sem grandes abalos, e de maneira livre, de forma regular e previsível. Os meios para atingir este objetivo são a administração dos acordos de comércio, agindo como um fórum para negociações comerciais, sedimentando disputas comerciais, revisão de políticas nacionais de comércio, dando assistência aos países em desenvolvimento nas questões política comercial através de assistência técnica e programas de treinamento, e por fim, cooperando com outras organizações internacionais.(PEREIRA, 2005, p. 4)

Diferentemente do GATT, a Organização Mundial do Comércio possui personalidade jurídica própria, assumindo privilégios semelhantes, como imunidades diplomáticas, assim como as Nações Unidas. Seguindo a tradição iniciada pelo GATT, o processo decisório da OMC procura o consenso entre todos os membros mediante a uma decisão, este consenso só é considerado mediante a aprovação de todos os países, sem qualquer oposição. Quando não

---

<sup>12</sup>Os investimentos e empréstimos para países em desenvolvimento eram aceitáveis pelos credores internacionais com a implementação de políticas de desestatização da economia, de desregulamentação e de abertura comercial e financeira. Isso significou uma reformulação crítica dos postulados desenvolvimentistas.

existe este consenso, as decisões são tomadas por uma maioria simples, ressaltando a horizontalidade da organização, ou seja, cada país possui um voto de decisão.

O Acordo que estabeleceu a OMC estipulou como suas funções básicas facilitar a implantação dos acordos e instrumentos jurídicos negociados no âmbito da Rodada Uruguai; servir de foro para negociações entre membros relacionadas ao comércio; administrar o Entendimento sobre Solução de Controvérsias e administrar o Mecanismo de Exame das Políticas Comerciais. Paralelamente, a OMC deve cooperar com o FMI e o Banco Mundial, a fim de que seja obtida maior coerência na elaboração das políticas econômicas em escala mundial. (FERRACIOLI, 2007, p.7)

Os assuntos e acordos administrados pela Organização Mundial do Comércio são referentes ao comércio de mercadorias, serviços e propriedade intelectual e buscam a liberalização comercial sendo contra os obstáculos que possa impedir o livre comércio. A criação da Organização promoveu uma alteração na natureza das relações econômicas internacionais devido à horizontalidade e o sistema de negociações multilaterais que são baseadas em normas de direito, deixando de sofrer influências sobre utilização da força.

O mecanismo do órgão de soluções de controvérsias que surgiu na Rodada do Uruguai envolve terceiros, sendo eles: o Painel do Órgão de Solução de Controvérsias, o Corpo de Apelação, Secretariado da OMC e especialistas independentes. Neste sistema existem quatro fases de tomada de decisões, as consultas<sup>13</sup>; Painéis<sup>14</sup>; Apelação<sup>15</sup>; Implementação.

Este órgão de solução de controvérsias oferece ao mercado internacional mais segurança e previsibilidade ao sistema multilateral do comércio, além de garantir à preservação dos direitos, esclarecimento dos acordos, as obrigações dos membros de cumprir os acordos e possibilita possíveis soluções de situações que desfavorecem outros Estados. Para isto a Organização Mundial do Comércio necessita de uma estrutura que vá garantir suas funções e eficácias.

A Conferência Ministerial é o órgão máximo da OMC e se reúne a cada dois anos. O Conselho Geral possui auxílio de outros três conselhos, são eles: um para bens, um para serviços e outro para propriedade intelectual, todos os países membros da organização fazem parte do Conselho Geral e participam do Órgão de Solução de Controvérsias, estes formam a estrutura da Organização.

---

<sup>13</sup>Durante as consultas as partes devem tentar chegar a um acordo sozinhas

<sup>14</sup>Quando o caso não é solucionado nas consultas, as partes indicam os seus componentes e selecionam três atores para ajudarem no caso

<sup>15</sup>É estabelecido pelo OSC e serão ouvidas as decisões dos painéis. Composta por sete membros com autoridade reconhecida.

A estrutura institucional da Organização Mundial do Comércio conta com pessoas de todos os países membros. A Conferência Ministerial é composta pelos representantes de cada Estado, o Conselho Geral obtém da mesma composição e exerce a função de fiscalizar seus conselhos subordinados, são eles: Conselho do Comércio de Mercadorias, Conselho do Comércio de Serviços e Conselho dos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionada ao Comércio, e também cuida das funções do Conselho Ministerial quando não está em funcionamento. Entre outros<sup>16</sup> departamentos que administram o órgão internacional.

## **2.5 PARTICIPAÇÕES DO BRASIL E DO PERU NA OMC**

O Brasil assim como o Peru teve participações desde o início das negociações do GATT até a criação da Organização Mundial do Comércio, da qual fazem parte, o Estadobrasileiro teve participação nas negociações da Carta de Havana em 1947, e é membro fundador do GATT, fenômeno de relevante importância para a entrada do Brasil na OMC.

O Peru fez parte do GATT de 1947 desde sete de outubro de 1951 e é membro fundador da OMC desde o dia primeiro de janeiro de 1995. Os acordos da OMC foram incorporados a legislação nacional peruana mediante a resolução legislativa número 26407 que aprova o que se estabelece a Organização Mundial do Comercio e os Acordos Comerciais Multilaterais contidos nos acordos da Rodada Uruguai do dia 16 de dezembro de 1994.

A OMC é um elemento fundamental no contexto da política comercial do Peru e das negociações comerciais internacionais. Todas as negociações comerciais regionais e bilaterais se basearam nas normativas da OMC e sua consistência é mantida no órgão internacional.

## **2.6 RODADA DE DOHA**

Em novembro de 2001, foi estabelecida a primeira rodada de negociações após a criação da Organização Mundial do Comércio, a Rodada de Doha. Acontecida em Qatar, à rodada tinha um caráter desenvolvimentista.

A rodada abordou um grande número de temas para que houvesse a participação de todos os países membros da OMC.

---

<sup>16</sup>Diretor geral que é nomeado pela Conferência Ministerial, chefe do secretariado que possui diretores técnicos e diversas outras responsabilidades que fazem parte da administração da Organização. Outros órgãos também fazem parte da OMC, como o de Solução de Controvérsias e Revisão de Políticas Comerciais, e diversos Comitês que estão subordinados aos conselhos, como o Comitê de Comércio e Ambiente, Comitê de Orçamento, Finanças e Administração.

Alguns dos temas incluem: agricultura, acesso a mercados para bens não agrícolas (NAMA), comércio de serviços, regras (sobre aplicação de direitos antidumpings, subsídios e medidas compensatórias, subsídios à pesca e acordos regionais), comércio e meio ambiente (incluindo o comércio de bens ambientais), facilitação de negócios e alguns aspectos de propriedade intelectual. Uma discussão horizontal sobre tratamento especial e diferenciado a favor de países em desenvolvimento procura assegurar que suas necessidades especiais sejam contempladas.

Tinha como objetivo o aperfeiçoamento de regras e disciplinas do sistema multilateral de comércio, promoção dos compromissos de liberalização de políticas comerciais, especialmente para os países em desenvolvimento que tiveram suas expectativas gradativamente frustradas, pois os países desenvolvidos, mesmo após o Acordo sobre Agricultura da OMC<sup>17</sup>, continuaram praticando medidas de proteção a seus mercados. Este foi o assunto central da rodada, a fim de garantir a fatia do comércio internacional para os países em desenvolvimento de acordo com suas necessidades de desenvolvimento.

Três questões podem ser elencadas como mais importantes sobre os problemas dos países em desenvolvimento para ingressar no mercado agrícola, a eliminação de subsídios agrícolas de exportação dos países desenvolvidos; diminuição de altas tarifas que mantêm os produtos alimentícios provenientes de países em desenvolvimento em preços baixos e a redução de suporte aos produtores domésticos.

O saldo da rodada Uruguai foi caro aos países em desenvolvimento, no sentido de que pouco espaço foi obtido por estes países no mercado de países ricos, devido a medidas protecionistas. Apesar do compromisso das partes, países em desenvolvimento que fizeram concessões na Rodada Uruguai ainda lutam por acesso ao mercado agrícola em países desenvolvidos.<sup>18</sup> Essa desvantagem, somada a um reposicionamento geopolítico, como a ascensão da China e a posição conjunta do G-20<sup>19</sup> nas negociações, reforçaram a já presente oposição de discursos nas rodadas de negociação da OMC. O aumento da competição, derivada da emergência de países com maior poder competitivo, tende a aumentar o protecionismo de ambos os lados do debate: países ricos e pobres. (BAOJIAN; LING 2006, p; 730)

A Rodada de Doha foi iniciada em 2001 com previsão de término em 2005, durante este período ocorreram diversas conferências ministeriais.

---

<sup>17</sup> O acordo estabeleceu regime sobre três pilares: acesso a mercados; apoio interno e concorrência nas exportações

<sup>18</sup> Citado por DRACHE; FROESE, 2007, p. 7

<sup>19</sup> Grupo de países em desenvolvimento integrados por Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Índia, México, Paraguai, Peru, Filipinas, Tailândia, África do Sul, Cuba, Paquistão, Venezuela, Indonésia, Malásia e Egito

Em 2003 houve a Conferência Ministerial de Cancun, seus objetivos eram planejar um acordo concreto sobre os objetivos da Rodada Doha, após quatro dias de discussões sobre subsídios agrícolas e acesso aos mercados os objetivos foram fracassados, e os focos da negociação foram: agricultura; produtos industrializados; comércio de serviços e atualização de normas alfandegárias. A disputa de interesses entre o G-20 que busca a liberalização do comércio agrícola e os países desenvolvidos como EUA, EU e Japão foi comparado a um suposto conflito polarizado Norte-Sul ou Centro-Periferia. Com diferentes interesses, os países agroexportadores reunidos no G20 fazem pressão contra países que possuem problemas estruturais nos sistemas agrícolas internos como a França e o Reino Unido que considera a agricultura uma questão de segurança e defende a manutenção de subsídios e a execução de tarifas que evitam a concorrência externa aos produtores agrícolas de seus países. Estas práticas não possuem o consentimento do G20, que alegam que essas medidas distorcem o comércio, e os prejudica.

Porém o G-Mais<sup>20</sup> está interessado, também, em promover um grupo de contestação, uma coalizão de veto. Desejam respeito e reconhecimento e se aliam com o intuito de fazer frente à preponderância dos países desenvolvidos nas negociações multilaterais. Dado o mecanismo de decisão da OMC ser por consenso, esta estratégia destes países tornou-se instrumento significativo dentro da referida organização, sendo que mesmo não conseguindo seus objetivos já conseguiram, ao menos, fazerem valer autonomia do grupo frente aos países desenvolvidos. (FERNANDES, 2003, p. 2)

O Brasil assumiu um papel fundamental no G20, demonstrando sua política agressiva e seus interesses ambiciosos, estando disposto a não aderir acordos que não sejam de seu interesse, a fim de lançar novas formações de grupos de pressão e novas estratégias. Essa estratégia brasileira terá influência em sua posição na criação da ALCA<sup>21</sup>, para que seja mais equilibrada, e com isso o Brasil poderia adquirir uma maior margem de manobra e autonomia, garantindo seus interesses frente aos países desenvolvidos que obtém maior poder de barganha.

Na Conferência Ministerial de Hong Kong ocorrida em 2005 foi alcançado um grande avanço para as negociações referentes aos subsídios agrícolas. Ao contrário das outras negociações, foram conseguidas reais ações para o fim da prática destes subsídios com estipulações de prazo. A proposta dos Estados Unidos e do G20 seria que o prazo limite fosse 2010, mas a União Européia, devido ao Pacto Agrícola Comum da União Européia que teria

---

<sup>20</sup>Sinônimo do G20

<sup>21</sup>Área de livre comércio das Américas,

seu fim em 2013, elaborou outra proposta que prorrogaria as medidas para o mesmo ano que aconteceria o fim do Pacto Agrícola.

Para que houvesse o consenso de todas as partes, foi estipulada ao final da reunião que deveria haver uma redução significativa dos subsídios a exportação de produtos agrícolas até o ano de 2010, e a erradicação desta prática deveria ser no ano de 2013. Foi a primeira vez que um acordo desta natureza foi assinado, porém os países não cumpriram as medidas declaradas no acordo.

A Conferência Ministerial de Genebra ocorrida em 2009, não obteve grandes resultados devido ao distanciamento dos Estados Unidos da Organização Mundial do Comércio, essa postura pode ser relacionada ao período problemático que o país se encontrava, com seus gastos internos exorbitantes, estavam próximos a uma crise econômica que poderia afligir o mundo todo. Para suprir a balança comercial desfavorável, houve uma tentativa de diversificação do mercado estadunidense, entre estas opções estão os subsídios agrícolas que são considerados estratégicos para sua economia. Estas situações fizeram com que os Estados Unidos não oferecessem nenhuma garantia do cumprimento das medidas adotadas na Conferência Ministerial de Hong Kong.

Em 2011 ocorreu outra Conferência Ministerial em Genebra, mas não foram alcançados avanços significativos referentes à Agenda da Rodada Doha, porém houve um progresso com diversas decisões aprovadas em outras áreas do comércio internacional, como por exemplo, em matéria de propriedade intelectual, comércio eletrônico, revisões de políticas comerciais. O destaque desta Conferência Ministerial foi à adesão de três novos países a Organização Mundial do Comércio, sendo eles, Montenegro, Samoa e a Rússia. Outro ponto relevante desta Conferência foi à extensão moratória sobre o Acordo TRIPs<sup>22</sup>, o tratamento se tornou preferencial aos serviços e prestadores de serviços além de obter um maior período de transição para os países menos desenvolvidos, e contar com programas de trabalho sobre as economias pequenas.

O Brasil recusa os pontos exigidos pelos Estados Unidos, pois as medidas protecionistas, principalmente no setor agrícola, dificultam as exportações brasileiras. Mas também não deixa de praticar as mesmas medidas, o Brasil foi considerado o país mais protecionista do G20, com uma política comercial restritiva e com o mercado fechado, em 2011 principalmente, aplicando barreiras tarifárias em automóveis e produtos agrícolas.

---

<sup>22</sup>Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio é um tratado internacional, integrante do conjunto de acordos assinados em 1994 que encerrou a Rodada Uruguai e criou a OMC

## 2.7 INTEGRAÇÃO REGIONAL

Com o cenário internacional cada vez mais interdependente e competitivo, um país sem alianças terá muitas dificuldades para lidar com a economia global. As integrações regionais foram surgindo de acordo com a necessidade dos Estados de se aproximarem, e se tornarem mais fortes, tanto economicamente como comercialmente.

Foram criadas definições para as etapas de integração, determinando a intensidade da união econômica entre os países. As principais são a Área de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária.

Considera-se uma área de livre comércio quando existe o consenso entre países em eliminar, progressiva e reciprocamente, os encargos e demais obstáculos incidentes sobre os produtos negociados. Os países membros desta área de livre comércio possuem ampla liberdade para conduzirem sua política interna, externa e realizarem acordos comerciais com outros países. Sendo assim, na zona de livre comércio as barreiras de bens entre os países são eliminadas, mas os países continuam mantendo sua autonomia na administração de sua política comercial.

Estabelecida a área de livre comércio, considerada a primeira fase do processo de integração, é possível passar para próxima etapa que seria a União Aduaneira. Além dos países continuarem circulando seus bens e serviços de uma maneira livre estabelecida pelo acordo da zona de livre comércio, os Estados passam a exercer uma política comercial uniformizada, com uma tarifa externa em comum. Sendo assim, na União Aduaneira é vigorada uma pauta aduaneira em comum, para importações provenientes de países que não fazem parte desta união. Os objetivos desta união seria eliminar restrições aduaneiras ao intercâmbio de mercadorias, estabelecendo uma política de tributos uniforme para os países que não fazem parte do acordo.

O próximo passo é a criação de um Mercado Comum. Vencidas as duas primeiras etapas de integração, a terceira etapa carrega todas as características, de uma zona de livre comércio com uma política externa em comum. No mercado comum, existe a liberdade das pessoas trabalharem no outro país membro do acordo, como se fossem nascidas ali. As empresas assim como as pessoas podem se instalar ou investir indiscriminadamente nos Estados membros da união, ou seja, as restrições aos fatores produtivos<sup>23</sup> são abolidas. O Mercado Comum então é considerado e caracterizado pelo afastamento das barreiras não

---

<sup>23</sup>Fatores produtivos (trabalho e capital)

visíveis, denominada por livre circulação de mão de obra e capital de serviços, sendo assim, a quarta etapa elimina os fatores que impedem a concorrência plena entre as economias da união.

Superadas todas estas etapas, o último processo de integração é a União Econômica e Monetária que além de obter todas as características das outras etapas de integração, integraliza o uso da mesma moeda. O fato de existir uma única moeda para um grupo de países exige uma autoridade supranacional com poderes para adotar uma política monetária, fiscal, social e anticíclica uniforme. Além disto, existiu certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, tornando-as mais semelhante possível para que não haja discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas. Alguma das vantagens desta união é permitir que as pessoas possam comparar os preços entre os países, aumentando a concorrência, estimulando o desenvolvimento dos produtos, entre outras vantagens. Atualmente, o único bloco que atingiu esta etapa de integração foi a União Européia.

## **2.8 MERCOSUL**

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surgiu através de discussões que se iniciaram na década de 60 sobre a criação de um mercado econômico regional na América latina, tendo como resultado a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

A Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) tinha a Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai como membros em 1960 e pretendia criar uma área de livre comércio na América Latina. Em 1970 novos membros foram aderidos à associação, sendo eles, a Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. O objetivo desta associação era a criação de um mercado comum regional, para tanto, estipularam um prazo de doze anos para que houvesse a conformação de uma zona de livre comércio, como uma primeira etapa de integração. Um série de fatores levaram esta associação a ser modificada.

Durante os anos 70, a ALALC não havia conseguido atingir seu objetivo principal que era um mercado comum; o neoliberalismo internacional e os regimes autoritários não eram favoráveis a uma interdependência entre os países latino-americanos; o caráter eminentemente “comercialista” da ALALC; não havia o devido reconhecimento da condição dos países de menor desenvolvimento econômico; a heterogeneidade de dimensão e estrutura das partes contratantes da ALALC; a crise do petróleo (KINOSHITA, 2014, p. 01)

No ano de 1978, foi decidida a reestruturação da Associação Latino Americana de Livre Comércio, resultando na criação da Associação Latino Americana de Integração (ALADI). Com doze países membros (Bolívia, Equador, Paraguai, Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Uruguai, Venezuela, Brasil, Argentina e México) o objetivo da ALADI, de uma forma gradual e progressiva, era estabelecer um mercado comum latino americano, para isto seria elaborada uma constituição de uma zona de preferências econômicas, tanto regionais como parciais, do qual devem participar todos os membros, com intuito de apoio aos países com menor desenvolvimento econômico. Além disto, visavagarantir o desenvolvimento econômico e social com a promoção da integração da região latino americana.

[...] tem por objetivo incrementar o comércio regional por meio de preferências comerciais negociadas no âmbito de diversos acordos bilaterais ou sub-regionais. Criada em 1980, ela reúne 12 países da América Latina em uma espécie de rede de acordos preferenciais entre os membros, acordos esses diferentes entre si em termos de cobertura de produtos e de magnitude das preferências. Sua criação foi motivada pelos diversos problemas apresentados pela ambiciosa iniciativa de integração anterior, que visava à criação de um mercado comum na América Latina, e se deu em um momento delicado para o comércio intra-regional. Nos anos 1980, os países latino americanos enfrentaram fortes restrições de balanço de pagamentos e, por conta da crise da dívida externa, buscavam gerar saldos comerciais importantes para fazer frente aos pagamentos externos. A prioridade dada ao comércio com outras regiões fez que o comércio intra-regional evoluísse de forma bastante tímida nos anos 1980, frustrando de alguma forma os auspícios iniciais da ALADI. (CASTILHO, 2012, p.7)

A integração entre os países da América do Sul avançou significativamente, e o Brasil e a Argentina assinaram o Tratado de Buenos Aires de integração econômica. Em 1991 ocorreu à assinatura do Tratado de Assunção, aderindo o Uruguai e o Paraguai a esta união econômica, constituindo o MERCOSUL.

Criado em 26 de março de 1991, o MERCOSUL tinha o objetivo de formar um mercado comum entre os países membros. Em 1994 entrou em vigor o Protocolo de Ouro Preto, que definiu as estruturas institucionais do bloco e o dotou de personalidade jurídica internacional. Tendo como característica a horizontalidade<sup>24</sup> e as decisões a serem adotadas devem vencer as votações por unanimidade.

A integração regional do Mercado Comum do Sul, embora possuía este nome é uma União Aduaneira constituída por países da América do Sul. Sua formação original era composta pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2012 o Paraguai foi suspenso do

---

<sup>24</sup>Cada país possui um voto com o mesmo valor.

bloco comercial devido ao impeachment relâmpago de Fernando Lugo da presidência<sup>25</sup>. De acordo com o protocolo de Ushuaia<sup>26</sup>, a plena vigência democrática é essencial para o processo de integração, sendo assim a medida de suspensão do Paraguai do bloco comercial foi tomada até que houvesse uma nova eleição no país. O Paraguai era o único Estado que não havia aprovado a entrada da Venezuela no MERCOSUL, e com a sua suspensão, foi possível integrar a Venezuela ao bloco comercial. No mesmo ano em que ocorreu a adesão da Venezuela, foi assinado um protocolo de adesão da Bolívia, e assim que incorporado ao ordenamento jurídico, será o sexto Estado membro do MERCOSUL.

Com a nova presidência de Horácio Cartes, eleito em 15 de agosto de 2013, o Paraguai volta a fazer parte do Mercado Comum do Sul. Atualmente os membros do MERCOSUL são: Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai, Paraguai além dos Estados associados, sendo eles, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador e o México como Estado observador.

O Mercado Comum do Sul é um bloco comercial caracterizado pelo seu regionalismo aberto, que tem como objetivo o aumento do comércio entre os países membros, e também estimular às trocas com terceiros países (Estados associados).

Os objetivos pautados pelos membros do Mercado Comum do Sul no Tratado de Assunção, de alcançar a terceira fase de integração foram abandonados com o passar do tempo.

[...] passado vinte anos de experimentos integracionistas, o MERCOSUL não conseguiu cumprir metas estabelecidas no Tratado de Assunção, nem parece perto de realizá-las no futuro previsível. Ao longo dessas duas décadas, mas bem mais enfaticamente no curso da última década, o MERCOSUL parece ter se afastado de seus objetivos comercialistas e econômicos iniciais, aliás, consagrados no tratado constitutivo, para converter-se num agrupamento político dotado de interesses muito diversificados. (ALMEIDA, 2011, p.64)

Os interesses diversificados fizeram com que o avanço da integração do bloco se estagnasse, os países economicamente relevantes (Brasil e Argentina) do bloco se contentaram com a liberalização parcial do comércio recíproco e mudaram o foco de estabelecer um mercado comum, para desenvolver uma cooperação política e social.

As dificuldades para a consolidação ou avanço do MERCOSUL podem ser creditadas a dois fatores de amplo escopo: de um lado, instabilidades conjunturais no plano econômico (em diferentes formatos segundo os países), com planos

---

<sup>25</sup> O processo de impeachment de Lugo durou pouco mais de 24 horas e foi considerado legítimo pelo Tribunal Superior Eleitoral do país, com 39 votos a 4 na Câmara dos Senadores do Paraguai.

<sup>26</sup> É um protocolo que foi assinado em 24 de julho de 1998 na cidade argentina de Ushuaia pelos quatro Estados-membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) mais dois Estados associados (Bolívia e Chile) reafirmando o compromisso democrático entre os Estados assinados

parciais ou insuficientes de ajustes; de outro, o recuo conceitual dos projetos de construção de um espaço econômico integrado na região, com abandono relativo da liberalização comercial recíproca e ênfase subsequente nos aspectos puramente políticos ou sociais da “integração”. Quaisquer que sejam os pesos relativos desses dois conjuntos de fatores e seus efeitos concretos sobre as intenções proclamadas e as ações efetivas dos países membros do MERCOSUL – e os impactos variam muito em função dos países envolvidos – cabe reconhecer o abandono (não reconhecido) do projeto original de se caminhar para instituições orgânicas mais consentâneas com o formato de um mercado comum, em favor de instâncias seletivas de cooperação política setorial que vêm moldando um novo perfil para o MERCOSUL, até seu envolvimento num conjunto de áreas não delineadas no mandato econômico-comercial do tratado fundacional. (ALMEIDA, 2011, p.65)

Embora o bloco tenha se estagnado em processos de integração, diversos acordos comerciais foram elaborados com o Mercado Comum do Sul, ressaltando o acordo com a Comunidade Andina<sup>27</sup> de cooperação econômica que fornece diálogos políticos e possibilidades de negociação com todos os membros dos dois blocos.

Em 1998 foram iniciadas negociações tarifárias entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, com o andamento do processo, as negociações foram divididas em duas partes, uma delas entre Argentina, Paraguai, Uruguai e a Comunidade Andina. Na outra negociação fariam parte o Brasil e a CAN<sup>28</sup>, resultando em um acordo que foi protocolado na ALADI<sup>29</sup> como Acordo de Complementação Econômica. Em 2001 se inicia uma segunda etapa para as negociações, com intuito de se formar uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. No final de 2002, os Estados membros dos dois blocos afirmaram o acordo macro de uma zona de livre comércio, protocolado na Associação Latino Americana de Integração como Acordo de Complementação Econômica, os dois blocos reiteram os objetivos de formar uma área de livre comércio antes de 2004. No dia 18 de outubro de 2004 os blocos firmaram o Acordo de Complementação Econômica com o objetivo de expandir e diversificar o intercâmbio comercial e a eliminação de restrições tarifárias e não tarifárias que possam afetar o comércio entre os Estados membros do acordo.

O Peru diferentemente dos outros países da Comunidade Andina, afirmou um acordo de livre comércio com o Mercado Comum do Sul, protocolado na ALADI como Acordo de Complementação Econômica número 58. Posteriormente, Israel e Egito concretizaram um acordo de livre comércio com o MERCOSUL, cada um com sua especificidade.

---

<sup>27</sup>Bloco econômico sul americano formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

<sup>28</sup>Comunidade Andina.

<sup>29</sup> Associação Latino Americana de Integração (ALADI) é um organismo intergovernamental que visa contribuir com a integração da região latino-americana.

Atualmente o bloco comercial é considerado uma zona livre de comércio, pois não foi consolidado como uma união aduaneira, e com os países buscando resguardar seus interesses, afastam a possibilidade de integração objetivada no Tratado de Assunção.

## 2.9 COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES

Com o objetivo de alcançar um desenvolvimento avançado por meio da integração econômica e social, o Acordo de Cartagena foi estabelecido em 1969 na cidade colombiana, Cartagena das Índias. Este acordo ficou conhecido como Pacto Andino, e seus membros eram: Bolívia, Colômbia, Equador, Chile, Peru e a Venezuela, que aderiu ao pacto quatro anos depois. Atualmente restaram somente quatro membros do pacto andino, pois em 1976 o Chile deixa de fazer parte do pacto andino devido ao regime militar de Augusto Pinochet<sup>30</sup>, em 1993 o Peru tem a sua participação suspensa, mas no ano seguinte já volta a fazer parte do Acordo e o último país a deixar o bloco econômico foi a Venezuela, apontando as conseqüências diretas dos prejuízos que os Tratados de Livre Comércio realizados pela Colômbia e pelo Peru com os Estados Unidos poderiam trazer para a Venezuela. Sendo assim, os membros atuais da Comunidade Andina são: Bolívia, Equador, Peru e Colômbia, tendo cinco nações associadas – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai além de dois países observadores, México e Panamá.

Os progressos do bloco comercial foram lentos, mas obtiveram grandes resultados, em 1993 entrou em funcionamento a Zona de Livre Comércio e logo após em 1994 foi aprovada a Tarifa Externa Comum.

O Pacto Andino assumiu a nomenclatura de Comunidade Andina em 1997, após a assinatura do Protocolo de Trujillo acontecido no dia dez de março de 1996, que criou o Sistema Andino de Integração, objetivando uma maior coordenação, o aprofundamento da integração sub-regional andina e a sua projeção externa. A sede da Comunidade Andina fica em Lima, no Peru e sua estrutura administrativa é formada pelo Sistema Andino de Integração. Suas principais instituições são: Conselho Presidencial Andino, Conselho de Ministros das Relações Exteriores, Comissão, Secretaria Geral, Parlamento Andino, Tribunal de Justiça, Fundo Latino Americano de Reservas (FLAR) e Universidade Simón Bolívar.

---

<sup>30</sup>No dia 11 de setembro de 1973 os comandantes das Forças Armadas e o general diretor de Carabineiros do Chile deram um golpe de Estado e depôs o governo do presidente Salvador Allende, e Augusto Pinochet assumiu o poder até o dia 11 de março de 1990 e entregou o poder ao presidente eleito nas eleições.

O Conselho é a liderança política da Comunidade Andina, [...] a Secretaria Geral é responsável por administrar e coordenar o processo de integração; o Tribunal Andino de Justiça, que é a entidade que controla a legalidade das ações de todos os órgãos e instituições, além de resolver disputas entre países, entre os cidadãos ou entre países e os cidadãos quando eles violam os acordos alcançados no âmbito da Comunidade Andina, há ainda o Parlamento Andino, sediado em Bogotá, capital colombiana, formado por vinte deputados eleitos pelo voto popular (cinco para cada país membro). O órgão representa a população em geral e trata de temas ligados à integração andina por meio de ações políticas. Merece destaque ainda, na área da formulação da política externa e questões de integração andina o Conselho Andino de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Caso necessário, este conselho também pode coordenar posições conjuntas em foros e negociações internacionais. Ela é composta de agentes plenipotenciários (com plenos poderes) para formular, implementar e avaliar a política de integração do comércio e do investimento, além de criar regras que incluam os quatro países<sup>31</sup>

Os objetivos do Acordo de Cartagena continuaram sendo quase os mesmos da Comunidade Andina de Nações, que seria realizar a integração comercial, econômica e política entre os países membros do bloco por meio da promoção do desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos países membros, visando à formação progressiva de um Mercado Comum Latino Americano entre outros objetivos como: proporcionar mais postos de trabalho, melhorar a qualidade de vida da população e melhorar a condição dos países no cenário econômico global.

Em 1998 foi assinado em Buenos Aires um acordo para a criação de uma Área de Livre Comércio entre os dois blocos comerciais da América do Sul, MERCOSUL e Comunidade Andina. Através de negociações realizadas em 2000, os representantes dos Estados se comprometem a implementar esta Área de Livre Comércio até 2002. Mas não foi exatamente o que aconteceu, em agosto de 2003 houve outra reunião, na qual reafirmaram o compromisso de continuar com a integração entre os blocos, mas nada foi realmente concretizado.

A Comunidade Andina assim como o MERCOSUL teve ambições de se tornar um mercado comum, mas ainda está no segundo processo de integração, formando somente uma União Aduaneira.

Os países membros da CAN<sup>32</sup> somam uma população de cerca de 100 milhões de habitantes, ocupando uma extensão territorial de 3.798.000 quilômetros quadrados. Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelos integrantes da Comunidade Andina atingiu a marca de 438,9 bilhões de dólares. (FRANCISCO, 2014, p. 01)

---

<sup>31</sup>(QUIEN ES,... c2010) Realizado pela Secretaria Geral da Comunidade Andina, 2010

<sup>32</sup>Comunidade Andina de Nações

## 2.10 UNASUL

Em 2004 houve uma reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países sul americanos em Cuzco no Peru, e nesta reunião foi proposto o projeto da Comunidade Sul Americana de Nações que passou a ser chamado de União das Nações Sul Americanas (UNASUL) em 2007.

A União de Nações Sul Americanas (UNASUL) é composta por 12 países da América do Sul, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O México e o Panamá fazem parte da União, porém como observadores.

No dia vinte e três de maio de 2008, foi assinado em Brasília o Tratado Constitutivo da União Sul Americana de Nações (UNASUL). Fruto de um longo processo que dá continuidade a diferentes estruturas de integração, a novidade da UNASUL é que ela pretende passar de instâncias direcionadas principalmente ao intercâmbio comercial, como são os casos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), a um processo de integração mais amplo dos Estados da América do Sul. (SCHMIDT, 2010, p.1)

Após o Tratado Constitutivo, a organização internacional adquiriu personalidade política própria, com uma estrutura organizacional semelhante ao das organizações de integração da América do Sul para concretizar seus objetivos. Foi decidido um encontro semestral para formulação de propostas concretas de ação e decisão executiva.

Os principais objetivos iniciais da UNASUL eram ampliar as relações regionais, aprofundar a integração energética, de transportes e de telecomunicações. No tratado assinado em 2008 foram estipulados novos objetivos, além dos propostos, foi incorporada a coordenação política, econômica e social do continente Sul Americano.

[...] Desse modo, espera-se também avanços em projetos conjuntos nas áreas de ciências e educação, assim como de mecanismos financeiros comuns. Na área UNASUL terá um sistema de presidência temporária e rotativa entre os países participantes. Além de órgãos deliberativos como: um conselho de chefes de estado, um conselho de ministros de relações exteriores e um conselho de delegados. (VASCONCELOS, 2009, p.1).

Foi realizada também a proposta da criação de um Conselho de Defesa da América do Sul, que formularia a política de defesa comum dos países da União de Nações Sul Americanas para uma maior colaboração das forças armadas do continente.

Assim como existem grandes propostas e objetivos, existem grandes desafios a serem superados no processo de integração, alguns deles são: a assimetria econômica, as questões

territoriais entre Chile, Bolívia e Peru, as questões energéticas que envolvem o Brasil e a Bolívia referente às suas nacionalizações feitas por Evo Morales, à usina de Itaipu, na questão dos preços da energia vendida pelo Paraguai para o Brasil.

Existem também questões políticas sensíveis como a situação atual das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que envolvem, além da Colômbia, o Equador e a Venezuela. Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, divulgou que a mesma tem sérias restrições ao futuro Conselho de Defesa devido ao posicionamento de alguns países em relação às FARC, que não as classificam como grupo terrorista.

## 2.11 ALIANÇA DO PACÍFICO

Nascida da iniciativa de Alan García, ex-presidente do Peru em 2010, a Aliança do Pacífico foi constituída em 2011 na “Declaração de Lima”, contendo os objetivos do bloco comercial. Os integrantes deste bloco comercial são: Chile, Colômbia, México e Peru, representando 36% do PIB da América Latina. Atualmente os membros observadores são: Canadá, Costa Rica, Panamá, Uruguai, Japão, Guatemala, Espanha, Nova Zelândia, Equador, El Salvador, França, Portugal, Paraguai e República Dominicana.

Os objetivos dessa integração comercial são a liberalização do comércio, buscando obter uma zona de livre comércio, de bens e serviços; livre circulação de pessoas; integração financeira e de capitais e a integração física.

Para atingir estes objetivos os países membros possuem algumas características que podem conduzir o sucesso. O grau de abertura econômica é um dos principais fatores, todos os países membros possuem acordos de livre comércio com os Estados Unidos. O Chile, México e Peru fazem parte do Foro de Cooperação Econômica e Ásia Pacífico (APEC). Além dos tratados firmados com a Europa.

Sendo a orientação ideológica dos países membros semelhante às suas ações nas negociações na Aliança do Pacífico, estas têm um caráter win-win, ou seja, todos os membros ganham. Percebe-se para o futuro uma integração 100% livre de tarifas no comércio e a possibilidade de “ampliar o bolo” dos temas, pois há a alternativa de incluir novos assuntos integrativos às negociações. Percebe-se, também, que com o desenvolver das cúpulas a agenda de temas foi sendo ampliada para objetos cada vez mais específicos na integração do bloco, sendo assim, uma forma de negociação em níveis. (GONÇALVES, TAGLIETI, 2013, p.1)

A estrutura da Aliança do Pacífico considera as reuniões de cúpula como o mais alto nível hierárquico de tomada de decisão, seguido do presidente temporário. Sucessivamente

abaixo está o Conselho de Ministros, formado por ministros de relações exteriores de todos os Estados membros; o Grupo de Alto Nível, composto pelos vices ministros de relações exteriores que supervisionam os avanços dos grupos técnicos e da comunicação, que são: o Comércio e Integração; Serviços e Capitais; Mobilidade de Pessoas; Cooperação e Institucional.

Houveram diversas cúpulas até hoje, na primeira ocorrida em abril de 2011, foi emitida a Declaração de Lima, onde foi negociado todo o projeto da elaboração da Aliança do Pacífico, também foi demonstrado o interesse dos países pelo bloco comercial, e quais seriam as intenções dessa integração, a competitividade da economia, crescimento e desenvolvimento.

Somente na quarta cúpula foi criada formalmente a Aliança do Pacífico, e logo foram formando grupos técnicos de assuntos institucionais para soluções de controvérsias. Na penúltima cúpula foi reafirmada a participação do setor privado no processo de integração da Aliança do Pacífico, tornando a negociação internacional mista.

Na sétima cúpula ocorrida em 23 de maio de 2013, foram definidas todas as regras e objetivos da Aliança, tendo como destaque a extinção das tarifas comerciais dos produtos, podendo acontecer nos próximos sete anos, aumentando as exportações para a Ásia.

Outro assunto acordado na reunião foi à criação de um fundo de investimento comum aos países membros do bloco. Cada país se comprometeu em contribuir com 250 mil dólares o que totaliza um milhão de dólares, nessa etapa inicial. O objetivo é dar impulso às iniciativas que ocorrem nos setores empresariais de cada país, visando a acordos em temas que envolvem meio ambiente, mudanças climáticas, ciência e tecnologia, desenvolvimento, social e mobilidade acadêmica, afirmou o Ministro de relações exteriores do Chile, Alfredo Moreno. Também foi acordada a retirada da obrigatoriedade de visto turístico aos cidadãos dos países membros a fim de facilitar a integração social. Uma vez que 90% dos produtos dos quatro países plenos serão comercializados sem imposição de tarifas foi firmado um acordo para fiscalizar a transparência fiscal e combater a sonegação de impostos.(GONÇALVES, TAGLIETI, 2013, p.1)

A observação do MERCOSUL e da Comunidade Andina cooperou para que a Aliança do Pacífico seja mais eficiente, buscando seus objetivos, sem estagnar. A convergência de interesses será um fator importantíssimo para que isto ocorra.

As esperanças para o bloco comercial são fortes, de acordo com pesquisas realizadas, a Aliança do Pacífico demonstrou ser um bloco de grande potencial.

A Aliança do Pacífico é a sexta maior economia mundial e será a quarta que mais contribuirá para o crescimento mundial na próxima década; A AP<sup>33</sup> aposta pela integração comercial e financeira dentro do bloco e com o resto do mundo. Há um grande potencial para desenvolver uma maior integração dentro do bloco; A perspectiva de crescimento sustentável da AP é aproximadamente 4,5% anual durante a próxima década. Crescimento baseado na continuação das reformas e das políticas econômicas prudentes; o crescimento pode ainda ser maior se continua o progresso na redução da informalidade e no aumento do investimento em capital humano e infra-estruturas.(RUIZ, 2013, p.24)

---

<sup>33</sup>Aliança do Pacífico

### 3. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E PERU

#### 3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

O Peru conseguiu sua independência em 1821, após muitas guerras, e o nascimento do Estado peruano aconteceu junto com a sua república. Diferentemente do Brasil que teve sua independência um ano após o Peru de maneira pacífica. No entanto o sistema monárquico vigorou até 1889, com o imperador dom Pedro I e sua esposa, a arquiduquesa Leopoldina, e pelo seu filho dom Pedro II.

No dia 4 de julho de 1826 foi registrado o primeiro agente diplomático no Brasil, José Domingo Cáceres foi designado cônsul geral no Rio de Janeiro, que na época era considerada a capital brasileira.

[...] sendo chanceler do Peru José Maria Prando [...] considerava fundamental o estabelecimento de relações consulares e diplomáticas com o Império do Brasil, primeiro como uma forma de defender-se de possíveis ações da Santa Aliança<sup>34</sup>, com a qual Pedro I mantinha vínculo estreito; segundo, como uma forma de aproximar-se da Inglaterra e obter seu apoio para a independência, tendo em vista também a vinculação do império britânico ao brasileiro; e terceiro, pelo prestígio que implicaria para o Peru o reconhecimento e o estabelecimento de relações com um país tão importante como o Brasil. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 17)

José Domingo Cáceres se direcionou ao Brasil com duas missões, uma delas de declarar sua neutralidade referente à Guerra do Rio da Prata<sup>35</sup> e a outra para demonstrar os benefícios que os dois países poderiam mantendo relações. O Marquês de Inhambupé, Antônio Luís Pereira da Cunha declarou que concordava com a postura e com a perspectiva peruana.

Cáceres, já reconhecido como cônsul do Peru no Brasil, foi depois designado encarregado de negócios, sendo recebido nessa qualidade por dom Pedro I, em três de fevereiro de 1827. Porém, pouco depois, 25 de abril de 1827, o governo peruano cancelou a nomeação de Cáceres. Bákulo explicou essa decisão pela entrada de Manuel Lorenzo de Vidaurre na Chancelaria peruana entre o dia primeiro de fevereiro e 15 de maio naquele ano, personagem que tinha uma posição contrária à do Brasil, pelo caráter monárquico de seu regime. Desse modo, em 11 de agosto de 1827, Cáceres se despediu do imperador brasileiro. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 18)

---

<sup>34</sup>A Santa Aliança foi uma coalizão criada pelas potências monarquistas da Europa: Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia

<sup>35</sup>Foi uma disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata.

Em 1828, a Argentina pediu apoio militar para o Peru na batalha contra o Brasil, mas o governo peruano rejeitou, mesmo querendo estreitar suas relações com a Argentina, o Peru sabia da importância da proximidade do Brasil. Um ano depois, Duarte da Ponte Ribeiro foi nomeado Cônsul Geral no Brasil, e encarregado de negócios no Peru. Trazendo diversos resultados positivos, como tratados de paz, amizade, comércio, navegação, limites e extradição. Porém alguns deles não foram ratificados.

[...] o Peru nomeou, em novembro de 1858, para ministro residente Buenaventura Seoane, o qual assinou um acordo com o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Marquês de Abrantes, para dar solução ao incidente gerado pela ordem de detenção dos barcos peruanos Morona e Pastaza, perto de Manaus, decretada pela guarnição brasileira do forte de Óbidos, que foi respondida pelo Morona enquanto voltavam pelo Amazonas. O acordo estabeleceu que os navios de guerra peruanos poderiam navegar pelo Amazonas brasileiro e, em reciprocidade, os navios de guerra brasileiros poderiam fazer o mesmo no lado peruano. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, pp. 19-20)

Todos os avanços diplomáticos até este momento perderam seu valor, com a ruptura de relações entre Brasil e Peru devido a Guerra do Paraguai, da qual os dois países estavam em lados opostos.

A Guerra do Paraguai é considerada o maior conflito internacional ocorrido na América do Sul, tendo uma duração de cinco anos entre 1864 a 1870. Na época, o Paraguai estava demonstrando um grande desenvolvimento econômico e para continuar progredindo, os paraguaios precisavam do acesso ao mar, e para isso teriam que utilizar a Bacia do Prata, que abrangia possessões territoriais do Brasil, Uruguai e Argentina.

Para um melhor desenvolvimento da economia paraguaia, o atual presidente da época Solano López e seu governo decidiram expandir seu território para que pudessem obter uma saída ao mar. Então, o país iniciou a produção de armamentos e a ampliação de seu exército.

No entanto, outra corrente historiográfica atribuiu o início da guerra aos interesses econômicos que a Inglaterra tinha na região. De acordo com essa perspectiva, o governo britânico pressionou o Brasil e a Argentina a declararem guerra ao Paraguai alegando que teriam vantagens econômicas e empréstimos ingleses caso impedissem a ascensão da economia paraguaia. Com isso, a Inglaterra procurava impedir o aparecimento de um concorrente comercial autônomo que servisse de modelo às demais nações latino americanas. [...] Sob esse clima de tensão, a Argentina tentava dar apoio à consolidação de um novo governo no Uruguai favorável ao ressurgimento do antigo Vice Reinado da Prata, que englobava as regiões da Argentina, do Paraguai e Uruguai. Em contra partida, o Brasil era contra essa tendência, defendendo a livre navegação do Rio da Prata. Temendo esse outro projeto expansionista, posteriormente defendido por Solano López, o governo de Dom Pedro II decidiu interceder na política uruguaia. (SOUSA, 2014, p.1).

A interferência do Brasil no Uruguai fez com que Solano López presidente do Paraguai começasse a hostilizar os brasileiros, e quando os paraguaios prenderam o navio brasileiro Marquês de Olinda, o Brasil declarou guerra ao Paraguai.

Como este conflito era favorável a Inglaterra, pois para os ingleses o Paraguai representava uma ameaça devido ao seu modelo econômico nacionalista que ameaçava a hegemonia do imperialismo britânico na América Latina que era a principal área de exploração da Inglaterra. Os ingleses apoiaram a guerra concedendo créditos e defendendo a entrada da Argentina e do Uruguai a favor do Brasil, formando a Tríplice Aliança.

Com esta aliança, a aniquilação dos paraguaios era garantida, mas a organização do exército e as condições estruturais do Paraguai fizeram com que a guerra durasse cinco anos, mas a derrota do Paraguai era evidente. A rendição só foi anunciada nas batalhas entre 1868 e 1869.

O Paraguai perdeu cerca de 80% de sua população de jovens adultos morta. O país sofreu uma enorme recessão econômica que empobrecer o Paraguai durante muito tempo. Com o final da guerra, o Brasil conservou suas posses na região da Prata. [...] Em contrapartida, o governo imperial contraiu um elevado montante de dívidas com a Inglaterra e fez do Exército uma instituição interessada em interferir nas questões políticas nacionais. A maior beneficiada com o conflito foi à Inglaterra, que barrou o aparecimento de uma concorrente comercial e lucrou com os juros dos empréstimos contraídos. (SOUSA, 2014, p.1)

As relações entre o Brasil e o Peru voltaram a se normalizar somente em 1869, e logo em 1871 foi assinada a Convenção Postal.

Por meio desse convênio, ficam estabelecidas as vias marítimas, fluviais ou terrestres entre ambos os Estados para o intercâmbio postal (Art. I); desse modo, as cartas particulares e ordinárias seriam franqueadas pelos Correios dos respectivos países, as quais circulariam livres e sem gravame algum para o destinatário (Art. II). É importante assinalar que, mediante esse tratado, foi estabelecida a proibição de enviar espécies metálicas e outros objetos submetidos ao pagamento de tarifas (Art. IV). (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 21)

Em 1903, o Brasil estava estreitando as relações com a Bolívia, e assinaram o Tratado de Petrópolis, que cedia parte do território boliviano para o Brasil, fortalecendo seu avanço colonizador. Na época, o barão de Rio Branco<sup>36</sup> assumia uma postura Real Politik<sup>37</sup> e durante sua política, foi anulada a ação comum peru-boliviana, trazendo a Bolívia como aliada do Brasil, excluindo o Peru. Tais medidas colocaram em crise a relação entre o Peru e o Brasil.

---

<sup>36</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior era conhecido como Barão do Rio Branco.

<sup>37</sup> A Realpolitik é como um realismo político, opondo-se a políticas “superprotetoras”

Algumas situações já vinham prejudicando as relações entre os brasileiros e os peruanos. O Peru vinha invadindo regiões brasileiras, desrespeitando as questões fronteiriças, houve um pedido de retirada dos peruanos, que já tinham se estabelecidos no local, mas foi ignorado e desde então foram enfrentados confrontos armados de forma esporádica. Devido a estas situações o Brasil proibiu o trânsito de armas e munições para o Peru pelo Amazonas em 16 de maio de 1904, causando mais revoltas aos peruanos.

[...] destruída a guarnição peruana do Purus, atacados os industriais desta nacionalidade por forças superiores, pairou a ameaça de que aquele rio caísse inteiramente em poder do Brasil. Igual perigo corria o Juruá. O Brasil se negava a escutar as propostas emanadas da Chancelaria de Lima, imputando-lhe um avanço militar injustificado nos últimos anos; proibiu ao mesmo tempo, a entrada de armas pela via do Amazonas; reconcentrou forças em Manaus e estabeleceu o bloqueio dos rios. O Peru pediu então a neutralização de todo o território em litígio mas o Brasil não concordou. Depois de muitas gestões trabalhosas, chegou-se ao *modus vivendi*<sup>38</sup>[...]. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 34; BASADRE, 1962, p.199)

Para que não se agravasse este conflito armado, foi assinado um Acordo Provisório do Rio de Janeiro, em Julho de 1904, que estabelecia um *modus vivendi*, neutralizando a área. Logo após foi constituído um tribunal arbitral por uma convenção.

[...] mediante a Convenção sobre Arbitragem por fatos [...] ambos os países se comprometiam a que as reclamações dos cidadãos peruanos e brasileiros por prejuízos ou atos violentos cometidos no Alto Juruá e Alto Purus desde 1902 seriam resolvidas por um Tribunal Arbitral com sede no Rio de Janeiro (Art 1°); o tribunal seria formado por dois árbitros (um peruano e um brasileiro) nomeados um mês depois da troca de instrumentos, e o terceiro árbitro dirimente seria escolhido no mesmo prazo pelos governos entre os chefes de missão diplomática (Art 2°). Além disso, estabelecia-se um prazo de seis meses a um ano desde sua primeira reunião para julgar exaquoetbono<sup>39</sup> todas as reclamações, que seriam recebidas somente dentro de seis meses do início de seus trabalhos (Art 3°). Ambos os países e os reclamantes reconheciam as sentenças desse tribunal como definitivas, satisfatórias, perfeitas e irrevogáveis. (NOVAK, 2013, p.34)

O tribunal arbitral criado teve funcionamento até 1910, mas durante o tempo em que não foi possível obter um acordo integral entre os dois países, houveram diversas prorrogações do *modus vivendi* de 1904. As relações entre o Brasil e o Peru vinham se deteriorando de acordo com os posicionamentos e decisões que os dois países assumiram nesta época.

---

<sup>38</sup>Modus vivendi é uma frase em latim que significa um acordo entre partes cujas opiniões diferem, de tal maneira que elas concordam em discordar, ou seja, aprendem a viver com as diferenças.

<sup>39</sup>Ex aequo et bono quer dizer “conforme o correto e válido”

O alinhamento entre Brasil e Equador neste período é um dos principais motivos do distanciamento com o Peru, o Tratado de Aliança afirma esta posição, pois neste acordo firmava-se que:

1º Brasil e Equador se unem em aliança defensiva para evitar toda agressão de parte do Peru e para opor-se a que o governo daquele país ocupe militar ou administrativamente territórios aos quais aqueles países crêem ter direitos e que não eram possuídos pelo Peru na data de sua separação da Espanha. 2º Para obter o objeto que se propõe esta aliança, os dois países contratantes concorrerão com todos os elementos bélicos de que possam dispor e exercitarão sua ação militar como seja preciso, pelo lado do Pacífico ou pelo lado do Amazonas. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 35)

Apesar destas retaliações ocorridas, em 1908, Peru e Brasil apresentam posturas significativas para a retomada de suas relações comerciais e políticas. Neste ano foi assinado na cidade de Lima, um acordo sobre a Livre Navegação do Rio Japurá ou Caquetá, estabelecendo a livre navegação de barcos peruanos e brasileiros em suas respectivas áreas de domínio.

As questões fronteiriças e os conflitos existentes em relação aos problemas limítrofes tiveram uma solução definitiva em 1909, com o Tratado de Limites, Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas. O acordo foi assinado pelo plenipotenciário peruano Hernán Velarde<sup>40</sup> e pelo barão de Rio Branco, José Maria fazendo com que o tratado ficasse conhecido como Tratado Velarde-Rio Branco.

O tratado criou uma Comissão Mista Demarcadora de Limites e algumas normas para seu funcionamento. Também ratificou o princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações em todo o curso dos rios que nascem ou correm dentro ou nas extremidades da região atravessada por essas linhas. Finalmente, também estabelece normas para impedir o contrabando. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 37)

O tratado recebeu diversas críticas dos peruanos, mesmo tendo sua aprovação com 95 votos contra 15 no Congresso, um dos principais críticos era o ex presidente José Pardo, alegando que o Peru cedeu ao Brasil e que a intervenção brasileira na aduana de Iquitos era prejudicial as suas finanças. Diversos diplomatas se declararam a respeito do assunto, e ocorreu uma defesa deste tratado em 1920.

---

<sup>40</sup>Hernán foi um advogado, diplomático, periodista e escritor peruano.

Assim, na opinião da maioria dos diplomatas, historiadores e políticos, o Tratado de 1909 embora tenha sido doloroso, pois implicou a renúncia a certas expectativas legítimas que o Peru mantinha baseado no Tratado de San Ildefonso, o certo é que foi o melhor acordo que se pode obter, dadas as circunstâncias, em particular, a posse brasileira das zonas em disputa e a difícil situação política interna e internacional do Peru. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 40)

Durante este período, ocorria a primeira guerra mundial, e tanto o Brasil quanto o Peru apoiaram os Estados Unidos. Após o fim da guerra, diversas avenidas do Peru foram nomeadas com os nomes dos países aliados aos Estados Unidos, dentre quais estava o Brasil.

As relações entre os peruanos e brasileiros continuaram se estreitando com o tempo, e para que o sistema de solução de controvérsias fosse mais justo, decidiram alterar alguns aspectos e em 1918 foi assinada a Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória, obrigando os dois Estados a se submeter à arbitragem<sup>41</sup>, todas as questões que não obtiveram soluções diretas, por vias diplomáticas. Foi definido que o árbitro seria o Tribunal de Haia, estabelecido pela Convenção para a Solução Pacífica de Controvérsias de 1899.

[...] o Acordo bilateral de 1918 obrigou a derrogar o acordo celebrado em 1909 sobre a mesma matéria. [...] também terminaram oficialmente os trabalhos de demarcação da fronteira peruano-brasileira [...] Dessa maneira, o Peru e Brasil não somente punham fim a sua longa discussão sobre a questão limítrofe e sobre a livre navegação do Peru no Amazonas, como também inseriam sua relação futura em um marco de paz e cordialidade, onde qualquer diferença seria resolvida através de um mecanismo de solução pacífica de controvérsias.(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 41)

Tendo como resolvido os litígios existentes, o Brasil passou a assumir e adquirir uma maior importância em vários aspectos para o Peru. Como por exemplo, no papel de mediador em alguns conflitos em que o Peru estava envolvido, buscando de resolver o problema de forma pacífica e vantajosa para todos.

Os acordos visavam sempre estabelecer a cooperação entre os peruanos e brasileiros, alguns deles foram: um Acordo sobre Serviço e Malas Diplomáticas entre os dois Estados assinado em 1918, garantindo a movimentação de malas diplomáticas, sem serem violadas e com certas garantias. No ano de 1919, outro acordo foi assinado, o Tratado de Extradução de Criminosos, obrigando os dois Estados a entregar os criminosos refugiados em seus respectivos territórios. Em 1928 foi celebrado o Acordo Radiotelegráfico, que regularizaria as comunicações entre as estações radiotelegráficas do Peru e do Brasil, obrigando-os a manter as estações funcionando. Já em 1831 foi assinado o Acordo Comercial Provisório, que inicialmente levava o Peru como uma nação mais favorecida, mas logo em 1936 foram

---

<sup>41</sup> Forma de solução de conflitos entre indivíduos.

concedidos tratamentos recíprocos fazendo com que os dois Estados fossem mais favorecidos com este acordo, reduzindo barreiras comerciais, intensificando o comércio entre os dois Estados. Em 1938, visando estimular o intercâmbio cultural, foi assinado o novo Tratado de extradição, que embora não tenham sido regulamentado, as partes se comprometeram a apoiar o intercâmbio em diversas áreas, facilitando o acesso aos recursos necessários para poder estudar e adquirir experiências no outro país.

Apesar de todos os esforços, como acordos e solução de conflitos para aproximarem as relações entre o Brasil e o Peru, não haviam mais aspectos de cooperação ou integração, nem convergência de objetivos. Existia um desinteresse nessa relação pelos seguintes fatores, o Brasil manteve seu foco voltado para a África, Estados Unidos e Europa. As dificuldades de transporte para o comércio entre os peruanos e os brasileiros eram outros motivos, a barreira dos Andes e a falta de estrutura na Amazônia.

Outro fator que levou ao distanciamento entre os dois países foi à falta de complementaridade das economias, ambos eram exportadores de matéria prima, e buscavam o mercado dos países mais desenvolvidos, muitas vezes as exportações competiam entre si, tornando-os concorrentes e não parceiros econômicos, criando certos anseios, os distanciando cada vez mais.

Na década de 50, o Peru e o Brasil começaram a se aproximar novamente, a industrialização brasileira e a expansão amazônica escorada por um moderno sistema viário foram fenômenos que contribuíram para esta aproximação.

Logo em 1951 foi assinado um Acordo sobre uso recíproco de canais de radiodifusão, que tinha como objetivo expandir e ter o uso recíproco dos canais. Em 1953 o presidente do Peru Manuel A. Odría foi ao Rio de Janeiro, onde assinou junto com o Getúlio Vargas, uma Declaração sobre Amizade e Colaboração.

[...] Em que dão conta dos diversos pontos de convergência existentes entre os dois países em questões de política internacional. Nessa declaração, os dois Estados reafirmam sua tradicional amizade, baseada no respeito mútuo, em comunhão com os ideais de paz e convivência jurídica internacional. As partes também proclamam que não existe entre elas nenhum problema territorial ou político pendente e que nada poderia alterar esse “feliz estado de coisas”. Por último, mencionam seu compromisso de continuar com a política de boa vizinhança, sempre respeitando os princípios de autonomia e soberania, tratamento de igualdade e auxílio mútuo, sem interferência nos assuntos internos de cada um dos países. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 52).

Partindo da convergência de ideias impostas neste encontro, foi subscrita também outra declaração, a Declaração sobre Portos Fluviais livres na bacia amazônica,

comprometendo ambos os países declararem, “a estudar as medidas necessárias para declarar o porto de Iquitos e outros de interesse e conveniência recíprocos como portos fluviais livres na bacia do Amazonas.” (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 52).

A partir desta declaração, diversas medidas começaram a ser tomadas para fortalecer os laços criados entre Brasil e Peru. Foram criadas comissões para estudar o desenvolvimento das matérias primas, o desenvolvimento do intercâmbio comercial, dos meios de transportes e portos livres com o Brasil, além do transporte aéreo e sobre e censos. Dois anos depois outro acordo foi celebrado, Acordo sobre a liberação de impostos sobre automóveis dos funcionários consulares.

Em 1958, o atual presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, demonstrou grande descontentamento referente às políticas protecionistas utilizadas pelos Estados Unidos que causaram impactos negativos nas economias latinas americanas, e então Juscelino Kubitschek propôs:

O que se denominou Operação Pan americana, um conjunto de ações por parte dos países da região para se contrapor aos subsídios e dumpings decretados pela grande potência industrial e financeira do norte. Essa iniciativa foi acolhida com grande interesse pelo Peru, instalando-se em 10 de abril de 1959, a Comissão Peruana da Operação Pan americana; essas medidas levaram à criação, por parte do Conselho da OEA<sup>42</sup>, do Comitê Especial para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica, mais conhecido como Comitê dos 21.(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 53).

Três anos depois, Manuel Prado tinha planejado uma visita ao Brasil, na qual assinaria uma declaração com o então presidente atual do Brasil, Janio Quadros. Esta declaração abordava diversos temas, como a integração física e as preocupações com a Amazônia, e era de suma importância para o estreitamento de relações entre o Peru e o Brasil. Mas logo aconteceu a renúncia do presidente brasileiro, e Jânio Quadros foi sucedido por João Goulart que logo sofreria um golpe militar, iniciando um período longo de ditadura no Brasil.

Nessa declaração, os presidentes de ambos os países reiteravam seus propósitos de colaboração estabelecendo um sistema de consultas sobre interesses comuns; reafirmavam a intangibilidade dos tratados e demais compromissos internacionais; se comprometiam a erradicar o subdesenvolvimento econômico para preservar as instituições livres e a democracia no continente; reiteravam a adesão ao princípio de autodeterminação dos povos, exercido através de eleições livres e periódicas baseadas no respeito dos direitos humanos. Também reiteravam o respeito pelas garantias e liberdades essenciais à dignidade da pessoa humana, contidas na Carta da ONU, na Carta da OEA e na Declaração Universal dos Direitos do Homem; seu

---

<sup>42</sup>É uma organização internacional criada em 1948, os membros são 35 nações independentes do continente americano.

compromisso por consolidar as bases econômicas e sociais no sistema interamericano, preservando os valores e procurando a paz mundial; finalmente, reconheciam a latinidade como um vínculo espiritual de um grupo de Estados que luta pela civilização ocidental, cristã e democrática.(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 53)

Mesmo com o Brasil em um sistema ditatorial, novos acordos continuaram a ser elaborados com o Peru. Em 1965 foi celebrado o Convênio Sanitário, que tinha como objetivo auxiliar nos danos causados as comunidades das regiões limítrofes entre os dois Estados. Combatendo problemas comuns como doenças, e promovendo a educação sanitária, tentando oferecer aos povos que se encontram nessas áreas, uma maneira digna de se viver.

Nos próximos dois anos foram assinados três novos acordos, o Acordo sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica, que implicaria no desenvolvimento desta tecnologia assumindo responsabilidades como membros do Organismo Internacional de Energia Atômica da ONU e da OEA. O outro acordo seria uma Declaração conjunta de adesão a princípios fundamentais interamericanos, manifestando as posições referentes aos investimentos estrangeiros no país e o terceiro, seria uma celebração do Acordo para supressão de vistos nos passaportes diplomáticos e especiais, determinando que não seria necessário o visto para os passaportes diplomáticos e especiais.

Quatro anos após ser instalada a ditadura no Brasil, ocorre o mesmo com o Peru, o presidente Fernando Balaúnde Terry sofre um golpe de Estado do general Juan Velasco Alvarado que impõe a ditadura no Peru com ideologias e características totalmente diferentes da ditadura brasileira. A Junta Militar do Peru determinou o esfriamento das relações bilaterais. Durante este período ditatorial, acusações e medidas tomadas pelo governo militar peruano criaram obstáculos para a continuação da integração entre o Peru e o Brasil.

Embora os distanciamentos ocorridos nesta época, ambos os países sabiam das necessidades de assumirem posições comuns a determinados temas, e isto fez com que, de maneira lenta os dois Estados reaproximassem.

Em 1971 foi assinado uma Declaração Conjunta pelo chanceler peruano Edgardo Mercado Jarrín, definindo posições comuns referentes aos direitos do mar. Um ano depois foi assinado o Convênio sobre transporte marítimo definindo os delineamentos e procedimentos do transporte marítimo de mercadorias, e determinando a repartição equitativa dos fretes a serem óbitos por navios de bandeira peruana ou brasileira entre outras regras estipuladas.

Com a visita do chanceler brasileiro Mário Gibson Barbosa a cidade de Lima, em 1973, foi possível assinar a Declaração Conjunta, substituindo o Convênio Cultural de 1945, comprometendo os Estados a promover facilidades para o intercâmbio comercial, educação,

reconhecimento dos cursos peruanos no Brasil e vice-versa, entre outras medidas que colaboram com a educação entre Estados.

O regime militar peruano teve seu fim no dia 29 de agosto de 1975, quando o general Francisco Morales Bermúdez assumiu a presidência. O novo presidente apresentou uma ideologia que resultou na melhora das relações entre Peru e Brasil, pois alcançou maior confiança entre os Estados.

A crise do petróleo<sup>43</sup> nesta época fez com que o Brasil buscasse ainda mais uma aproximação com os Estados da região e logo ao final de 1975 estabelecesse um acordo constituindo uma Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira, com intuito de inspecionar e reconstruir os 86 marcos existentes entre o rio Javari até o encontro do Yaverija com o rio Acre. No dia 08 de outubro do mesmo ano é celebrado, o Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica, com o propósito de ter um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos, tanto do Peru quanto do Brasil. Para isto, foram estabelecidas diversas formas de cooperação, como o intercâmbio de informações e incentivos na área.

No mesmo ano, o chanceler brasileiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira visita Lima e reafirma os interesses brasileiros pelos metais e minerais não ferrosos do Peru, além de expressar seus interesses no intercâmbio de informações científicas e tecnológica, com foco no campo nuclear. Aproveitando a ocasião, foi assinado o Acordo para a conservação da flora e fauna dos territórios amazônicos de ambos os países com o propósito de proteger a diversidade natural da região por meio do regulamento das informações realizado pela Direção Geral Florestal e de Fauna do Ministério da Agricultura do Peru e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Brasil. Além deste acordo, foi assinado o Convênio de Cooperação turística, que visava estimular o turismo nos dois países.

Apesar de todos esses acordos, foi observada uma significativa aproximação entre o Peru e o Brasil no momento em que o presidente peruano Morales Bermúdez e Ernesto Geisel presidente do Brasil na época, se encontraram em águas do Amazonas. Este encontro resultou em um total de doze acordos entre os Estados, sendo eles: O Convênio sobre Transportes Fluviais; o Acordo para o início de negociações acerca da possibilidade de uma ação conjunta de uma empresa mineradora especial para atividades no setor do cobre; O Convênio comercial; o Acordo para a utilização de estações costeiras e de barcos na região amazônica; o

---

<sup>43</sup> A crise do petróleo foi desencadeada devido ao déficit de oferta, fazendo com que os preços dos barris de petróleo aumentassem em 400%, e também pelos conflitos que envolviam os produtores árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O déficit foi provocado pelo embargo dos países membros da OPEP e do Golfo Pérsico que distribuía petróleo para os Estados Unidos e países da Europa.

Convênio de Assistência Recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência; o Acordo para o estabelecimento de uma comissão bilateral encarregada de estudar o uso recíproco das frequências destinadas à radiodifusão em onda média, assim como a cooperação em telecomunicações e serviços postais; o Acordo para o início de negociações sobre o estabelecimento de um depósito franco para o Peru em território brasileiro; o Acordo de constituição da subcomissão mista peruana brasileira para a Amazônia; o Acordo sobre a instalação e funcionamento na cidade de São Paulo de um escritório da Minerio Peru Comercial; o Acordo para a criação do grupo técnico misto para estudar o estabelecimento de um sistema de ajuda à navegação no rio Amazonas; o Acordo sobre saúde no meio tropical; o Acordo para o início de negociações acerca da possibilidade de uma nação conjunta de uma empresa mineradora especial para atividades no setor do cobre; o Acordo para que o transporte fluvial seja organizado por armadores peruanos e brasileiros até a entrada em vigência do Acordo de tarifas e serviços; o Acordo para o estabelecimento de um grupo ad hoc para estudar o trânsito de pessoas e embarcações na área fronteiriça e o Convênio de abastecimento de produtos.

O encontro presidencial foi simbólico, na medida em que, ao ocorrer ao longo da fronteira amazônica, os dois países não somente estavam pondo de lado suas diferenças e antagonismos do passado, como estava afirmando sua vocação amazônica e seu desejo de cooperar no desenvolvimento da região. Assim, a cooperação amazônica se converteu na coluna vertebral da relação peruano brasileira. Além disso esse encontro constituiu a primeira ação no mais alto nível destinada a acabar com o isolamento histórico entre ambos os países e contribuiu para elevar a significação de suas relações bilaterais. (COSTA, 1988, p.65).

Em 1977, outro tratado em relação à floresta amazônica foi assinado, o Tratado de Cooperação Amazônica que teria como proposta a exclusividade dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia.

Esse tratado foi uma ação concreta e coerente do Brasil e dos países amazônicos para dirigir e manejar o destino da Amazônia, freando dessa maneira as tentativas desenvolvidas em nível internacional para converter esse espaço em uma zona internacional ou grande reserva mundial. Esse processo tinha de ser liderado pelo Brasil, tendo em vista seu peso específico e a área que ocupa da Amazônia (69,2%), e respaldado pelos outros países que possuem território amazônico, como Peru (11,1%), Bolívia (9,9%), Colômbia (3,4%), Venezuela (2,5%) e Equador (1,9%).(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 62).

Os acordos formalizados e as aproximações entre o Peru e o Brasil no período de 1974 a 1978 durante o governo de Bermúdez, tiveram um respaldo no comércio exterior de ambos

os países, aumentando o volume de mercado. A grande parte do comércio do Peru com o Brasil foi de zinco, equipamentos de transporte, equipamentos mecânicos, prata e cobre.

Morales Bermúdez pretendia intensificar ainda mais o mercado peruano com o brasileiro, e para isso, visitou oficialmente o Brasil em 1979, resultando na assinatura da Ata de Brasília, juntamente com um Tratado de Amizade e Cooperação, que criou a Comissão de Coordenação, um mecanismo para que os dois países se encontrassem uma vez ao ano para discutir, avaliar e demonstrar todos os avanços e regressos de integração entre ambos. Também foi assinada a Declaração presidencial de 1979, que demonstrava as intenções de diversificar a relação bilateral e trabalhar conjuntamente no campo das finanças, comércio e investimentos.

Para que se concretizassem as vontades de intensificar o comércio entre Brasil e Peru, foram concedidas linhas de crédito recíprocas, além de propostas da possibilidade de construção de empresas binacionais, para a exportação do cobre peruano e para exploração do petróleo.

Após todos estes acordos, tratados e convenções, somente em janeiro de 1981 o primeiro presidente brasileiro, João Baptista de Oliveira Figueiredo visitou oficialmente o Peru. Nesta visita, pela primeira vez também, as autoridades foram acompanhadas de empresários com interesses na relação bilateral.

Entre negociações, esta visita resultou na assinatura de uma Declaração Conjunta e de doze acordos internacionais, o Acordo sobre Cooperação dos usos pacíficos da energia nuclear; o Protocolo complementar ao Acordo de Intercâmbio Cultural no campo da cooperação entre universidades; o Acordo Geral de Cooperação entre a empresa siderúrgica do Peru e a siderurgia brasileira; o Acordo de Interconexão Viária; três protocolos complementares ao convênio comercial para a execução dos projetos do rio Santa, hidrelétrica de Yuncán e outra central hidrelétrica; três protocolos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e técnica nas áreas de telecomunicações, meteorologia, ciência e tecnologia.

Neste mesmo ano foi assinado um contrato para a construção de Charcani V<sup>44</sup>, que teria o valor de 89 milhões de dólares, sendo financiada grande parte pelo governo do Brasil. A empresa brasileira Odebrecht ficou responsável pela construção da hidrelétrica, após

---

<sup>44</sup>Charcani V é uma hidrelétrica que fica na região de Arequipa no Peru.

iniciados os projetos, a empresa foi acusada pela ElectroPeru<sup>45</sup>, por gerenciar mal 30 milhões de dólares. A Odebrecht então decidiu parar a obra.

O cenário econômico nacional do Brasil também não favorecia os investimentos, pois a crise existente neste período, da década de 80, estava afetando o Brasil e a América Latina, acarretando em diversos pontos negativos para as relações comerciais de todos os países do continente.

Esta década ficou denominada como a década perdida, pois houve uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para o Brasil ficou marcado como o final do ciclo de expansão vivido nos anos 70. O período ficou caracterizado pelo desemprego, inflação extremamente elevada, economia estagnada, perda do poder de compra dos brasileiros e aumento da dívida externa que fez com que o déficit fiscal aumentasse.

Mesmo com todos estes aspectos desfavoráveis ao desenvolvimento brasileiro, o país vinha diversificando suas exportações. Em 1983, as exportações de matérias primas representava menos que 40% do total, enquanto mais de 60% era de bens industriais, 53% de produtos manufaturados e 8% de produtos semimanufaturados, fato inédito para o Brasil que sempre teve grande maioria de suas exportações representadas por matérias primas. Em 1964 por exemplo, as matérias primas representavam cerca de 85% das exportações brasileiras. O mercado de bens industriais interessava muito mais ao Peru do que o de matéria prima, favorecendo as relações e aproximações entre os dois países.

Correspondendo a visita do presidente brasileiro, o presidente peruano visita oficialmente o Brasil e assina uma Declaração Conjunta, destacando as importâncias da cooperação amazônica e da interconexão fluvial. Aproveitando a situação, foi marcada a primeira reunião da Comissão de Coordenação Peruano Brasileira, referente ao tratado estabelecido em 1979 (Tratado de Amizade e Cooperação). Também foi reforçado e ampliado alguns tratados de suma importância, já estabelecidos como o Convênio de assistência recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas e o Acordo de Alcance Parcial 12.

Com o Estado brasileiro e peruano buscando cada vez mais a aproximação comercial e política é possível notar os avanços do intercâmbio comercial entre esses dois países. Houve um aumento de 123% em um período de 10 anos, entre 1974-1978 o comércio bilateral entre o Peru e o Brasil representava cerca de 559 milhões de dólares, no período entre 1978 a 1984 chegou a 1245 milhões de dólares.

---

<sup>45</sup>A ElectroPeru é uma empresa estatal peruana de direito privado que produz energia elétrica.

A política peruana e brasileira teve grandes mudanças no ano de 1985. O Brasil voltou a ser um Estado democrático com o fim do regime militar no dia 15 de março de 1985 e no Peru, Alan García assume a presidência.

O presidente peruano sabia da importância das relações com o Brasil e logo fez uma visita ao atual presidente brasileiro, Tancredo Neves. Esta visita tinha o propósito de fortalecer o comércio bilateral e retomar as obras de Charcani V, superando os problemas entre a ElectroPerú e o Consórcio de Odebrecht. Além de ressaltar a demora da aprovação do Senado para colocar em prática o acordo de conexão viária.

O próximo contato entre presidentes ocorre somente em 1987, o presidente do Brasil Tancredo Neves havia sido sucedido por José Sarney. O encontro foi preparado pelo chanceler Roberto Abreu que visitou o Peru meses antes. As negociações renderam bons resultados para ambos os países, os problemas envolvidos na construção da hidrelétrica Charcani V foram resolvidos e o Peru se comprometeu a desembolsar 63,5 milhões de dólares para o término das obras civis. Além disto, o encontro resultou na Declaração de Rio Branco sobre promoção do desenvolvimento fronteiriço, na qual se enfatizava a importância da cooperação bilateral e sub-regional em benefício da área amazônica e o Programa de Ação de Puerto Maldonado, que proporcionava uma conexão interoceânica e uma zona de integração fronteiriça que ligava o departamento de Madre de Dios ao estado do Acre. Por fim, foi decidido a realização do Programa de desenvolvimento integrado para as comunidades fronteiriças peruano brasileiras.

No mesmo ano, foi criada a CAPEBRAS (Câmara de Comércio Peru Brasil), tendo um papel essencial para o fortalecimento das relações comerciais entre ambos os países, a CAPEBRAS cuidava de assuntos referentes ao comércio e também de investimentos bilaterais.

Para enfatizar e relevar o respeito mútuo aos tratados, principalmente ao Protocolo do Rio de Janeiro<sup>46</sup>, os chefes de Estado do Brasil e do Peru assinaram uma Declaração Conjunta em Manaus, aprofundando assim, as relações bilaterais.

Ao fim do mandato de Alan García, o comércio bilateral sofreu uma redução devido aos impactos da crise de 1982, houve também uma redução do pagamento da dívida externa peruana. A queda do comércio bilateral entre os dois países foi de 18% entre os períodos de 1978-1984 ao de 1985-1990, provocando uma queda brusca na balança comercial e no fluxo financeiro brasileiro.

---

<sup>46</sup> O Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro que foi feito para cessar o conflito equatoriano peruano.

Alberto Fujimori sucedeu Alan Garcia na presidência do Peru em 1990, mas início de seu mandato não representou reais avanços nas relações com o Brasil, devido a uma série de fatores.

Desde o governo de García, o Brasil via com preocupação o crescimento do terrorismo no Peru; O governo Fujimori concentrou seus esforços internos na luta contra a inflação e o terrorismo e, no âmbito externo, centrou-se na reinserção do país no sistema financeiro internacional; Em consequência do programa de estabilização econômica, o Peru contava com poucos recursos econômicos para continuar a construção das rodovias que uniam o Peru e o Brasil; O auto golpe de 5 de abril de 1992 no Peru contribuiu também para o esfriamento das relações diplomáticas com o Brasil; A destituição do presidente Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro de 1992, limitou também os movimentos diplomáticos brasileiros, que se concentraram na formação do Mercosul.(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 72).

Mesmo não representando grandes avanços nas relações entre Brasil e Peru, diversos acordos foram assinados neste período entre 1990 a 1995, como por exemplo, o Protocolo de intenções sobre requisitos sanitários para o comércio de produtos de pesca, o Protocolo complementar ao acordo sanitário com o propósito de combater a cólera e o Protocolo de intenção para a cooperação e o intercâmbio entre o estado do Acre e a região Inca.

Um dos primeiros acordos econômicos no governo de Fujimori aconteceu em 1993, com o novo Acordo de complementação econômica, mas este não demonstrava grandes interesses em especialidades no comércio bilateral peruano e brasileiro. Pois este acordo era considerado comum entre os países latino americanos.

Em 1998, as demonstrações de aproximação do Peru e do Brasil foram mais relevantes, com a instalação da Primeira Reunião do Grupo de trabalho *ad hoc* sobre promoção econômico-comercial e com a assinatura do Acordo parcial de complementação econômica número 39, que seria entre os membros da Comunidade Andina e o Brasil, mas não chegou a ser implementado pois o acordo ganhou novas dimensões sub-regionais entre o bloco da Comunidade Andina e do Mercosul.

Em 26 de outubro de 1998 foi concluído o processo de paz entre o Peru e o Equador, e tendo o Brasil como mediador do conflito, este fator limitava uma aproximação mais intensa do Peru com o Brasil. Sendo assim, foi liberado as iniciativas de integração entre os dois países.

Logo em 1999, o atual presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso visitou o Peru em busca de novas iniciativas para intensificar as relações entre ambos os países. Esta visita resultou no Acordo de assistência judiciária em matéria penal, o Acordo de criação do

comitê de fronteiras, o Acordo complementar ao Convênio de intercâmbio cultural sobre divulgação recíproca de informação nas áreas de rádio e televisão.

Nesta mesma visita foi assinado também o Plano de Ação de Lima, revitalizando os acordos que já haviam sido estabelecidos e estabelecendo novos compromissos em diversas áreas, como na integração física e transportes, combate ao tráfico ilícito de drogas, meio ambiente, cooperação técnica, promoção econômica e comercial, relacionamento cultural e sobre a Amazônia e uma fronteira comum. A visita do presidente brasileiro ao Peru foi de extrema importância para uma maior aproximação das relações bilaterais, deixando para os próximos governos um roteiro a ser seguido, para dar continuidade aos projetos elaborados.

A aplicação do Plano Real pelo governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu que o Brasil enfrentasse com êxito a crise econômica internacional, como também possibilitou que o país contasse com uma manufatura amplamente diversificada e com um comércio internacional muito fluido. Com efeito, apesar de não ter acordos de livre comércio (sem contar os Acordos de Complementação Econômica (ACEs), efetuados no marco da ALADI) a aplicação do Plano Real, combinada com um modelo econômico desenvolvimentista, possibilitou que o Brasil alcançasse um equilíbrio macroeconômico e impulsionou seu aparato produtivo e seu comércio exterior, o que tornou ainda mais atraente para o Peru. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 82).

Com o mercado brasileiro acessível ao mercado peruano, e a troca de presidência, com Alejandro Toledo sucedendo Fujimori, foi possível realizar uma aliança estratégica entre os dois países que seria formalizada em 2003. Esta nova aliança significou uma nova fase nas relações bilaterais entre o Brasil e o Peru.

## **4. TENDÊNCIAS ATUAIS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E PERU**

### **4.1 GOVERNO LULA (2003-2011)**

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil no dia 1 de janeiro em 2003, esta transmissão de cargo contou com a presença do presidente peruano Alejandro Toledo. Neste evento, o novo presidente brasileiro foi convidado para ir ao Peru.

No entanto, seria o presidente Alejandro Toledo, acompanhado pelo primeiro vice-presidente da República Raúl Diez Canseco e por onze ministros que finalmente faria uma visita de trabalho a Brasília, em 11 de abril de 2003, a qual estava destinada a avançar na construção de uma aliança estratégica entre os dois países, bem como promover um diálogo direto entre os presidentes. Durante a visita, os dois mandatários destacaram em um Comunicado conjunto as coincidências existentes em termos de cooperação e integração, a complementação de suas economias, a necessidade de promover o turismo, o comércio e o investimento bilateral, bem como a luta contra a pobreza. Também conversaram sobre a necessidade de criar associações entre empresas brasileiras e peruanas, promover a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), acelerar o processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, entre outras importantes iniciativas. (NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 84)

Também foi assinado o Acordo para a construção da ponte internacional sobre o rio Acre, que permitiria ligar o Sul do Peru aos estados brasileiros. Para que todos esses acordos fossem efetivados, foi assinado o Plano de Trabalho de Brasília, encarregando os chanceleres e vice-chanceleres a dar continuidade as medidas estabelecidas.

Em agosto de 2003 Lula visita o Peru, objetivando a construção da aliança estratégica e a consolidação das relações entre o Brasil e o Peru, assinando um acordo que complementaria a parceria entre Peru e o Mercosul, outro assunto colocado em pauta também, foram os crimes transacionais de tráfico de drogas e madeira na Amazônia, pretexto que se tornou um dos motivos para a elaboração de um Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, induzindo os países a uma parceria estratégica entre Brasil e Peru, pois a partir destes problemas em comum foram criados dois memorandos.

O Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de vigilância e proteção da Amazônia deliberava o acesso do Peru ao SIVAM, Sistema de Vigilância da Amazônia, o objetivo deste acordo é a vigilância da Amazônia. De acordo com o embaixador Hugo de Zela:

Sem dúvida alguma, um dos méritos indiscutíveis da gestão de Toledo, e que figura entre os acordos que chegaram ambos os mandatários, foi o acordo que deu início ao acesso progressivo do Peru ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM), que tem por objetivo compartilhar informações para um melhor controle do espaço aéreo fronteiriço, tendo em vista a próxima integração plena do Peru a esse sistema. Por muitos anos, essa questão esteve sob a consideração do Peru, e a aceitação do permanente convite brasileiro era um componente necessário dentro de uma visão geoestratégica de vinculação com a potência sub-regional.

As integrações físicas entre o Peru e o Brasil estão sendo um ponto muito importante para a agenda diplomática de ambos, a política externa brasileira neste período tem prioridade em conseguir acesso ao Oceano Pacífico por via terrestre. O projeto criado para este objetivo ficou denominado como Rodovia Inter Oceânica entre o Acre e a cidade Madre Dios, no Peru. Este projeto envolve todo o continente, pois além de propiciar um cenário de maior interação entre o Brasil e o Peru, faz parte da IIRSA<sup>47</sup> (Iniciativa de Integração da Infra estrutura Sul Americana), e poderá integrar as principais vias de transporte e energia do continente, a partir deste projeto, foi lançada a iniciativa MAP (Madre Dios, Acre e Pando) que envolve estruturas viárias do Peru, Brasil e Bolívia, proporcionando uma maior segurança e vigilância nas áreas fronteiriças. A IIRSA foi criada com uma iniciativa multinacional, multisetorial e multidisciplinar contemplando os mecanismos de coordenação entre governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado. Através do estudo geoeconômico da região, a América do Sul se organizaria ao longo de eixos multinacionais e estimularia o fluxo comercial além de aumentar a potência produtiva dos países, facilitando o acesso às zonas de alto potencial produtivo que estão isoladas, precisando de infraestrutura, serviços básicos, como energia, transporte e telecomunicação.

O Brasil tem um papel fundamental na consolidação do IIRSA, pois o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro está dentro da lógica deste projeto de infraestrutura da IIRSA, sendo de extrema importância para o Brasil, pois várias obras dos dois projetos se cruzam. Como por exemplo, as construções das usinas elétricas no Peru, que vai fornecer energia para os brasileiros e peruanos.

Em 2005, na inauguração da rodovia interoceânica, o presidente peruano Alejandro Toledo e o presidente brasileiro Lula se reuniram junto com o presidente boliviano Eduardo Rodríguez. Este encontro é o reflexo da excelente relação bilateral ocorrida no período. O Peru e o Brasil sempre souberam da importância e dos benefícios da cooperação entre eles e

---

<sup>47</sup>A IIRSA é um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa promover a integração sul americana através da integração física desses países.

isto fez com que os encontros entre presidentes e ministros se tornassem uma prática bilateral sadia.

Em relação aos benefícios econômicos potenciais para o Peru do funcionamento da rodovia inter oceânica, Bonifaz estima que, entre 2006 e 2030, ele terá produzido somente na macrorregião Sul benefícios totais estimados em 2,531 bilhões de dólares (302 milhões de benefícios diretos, isto é, 11,93% e 2,229 bilhões de benefícios indiretos, o que significa 88,07%). Os benefícios diretos associados à construção da Rodovia Inter oceânica, têm estrita vinculação com as economias em custos operacionais e tempo efetivo de viagem dos veículos que transitarão por ela. Os benefícios indiretos estão mais vinculados ao incremento das atividades econômicas como consequência da existência da rodovia, sendo os setores mais beneficiados a agricultura, a manufatura, o comércio e os serviços vinculados ao transporte e turismo. (BONIFAZ, 2008, p.61-64).

Além destes benefícios, vale ressaltar que esta estrada reduziu em seis horas o tempo de viagem, gerou mais de 2300 empregos e constituiu o elemento central de uma estratégia de desenvolvimento e integração dos mercados regionais e de inserção econômica internacional, se baseando no acesso aos dois oceanos. O Peru e o Brasil podem até ser considerados o centro de integração do espaço sul americano para o mundo.

O processo de integração entre Brasil e Peru alcançou um nível de desenvolvimento muito relevante para ambos os países, pois além dos projetos acima, existem outros projetos de grande magnitude, como o projeto que a Embrapa está desenvolvendo, junto com o Serviço de Meteorologia e Hidrologia do Peru para pesquisas e em culturas de interesse para ambos. Além disso, o Peru pediu auxílio na área de desenvolvimento social e para a implantação do sistema nipo-brasileiro de televisão digital.

No final de 2005 foi protocolado na Associação Latino Americana de Integração, o Acordo de complementação econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do MERCOSUL, com o Peru. Os objetivos deste acordo são: facilitar a livre circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos; formar uma área de livre comércio; alcançar um nível de desenvolvimento mais harmônico; melhorar a infraestrutura para se tornar mais competitivos no mercado; estimular os investimentos entre os agentes econômicos e promover a cooperação energética científica e tecnológica.

O processo de integração continua se intensificando, em janeiro de 2006, Lula e Alejandro Toledo afirmaram outra Declaração conjunta referente à integração física e a conservação do meio ambiente. Um mês depois, o chanceler do Brasil, Celso Amorim visita o Peru e assina outra Declaração Conjunta e também um Memorando de entendimento para a promoção do comércio e investimentos, resultando na criação de um Grupo Executivo de Trabalho Peruano Brasileiro denominado GET, objetivando uma fluidez de mercado ainda

maior entre o Peru e Brasil. Foram feitos diversos outros acordos para auxiliar os objetivos de integração entre ambos.

Em Julho de 2006, o presidente Alejandro Toledo deixa o cargo da presidência do Peru e Alan García assumi. O novo presidente peruano estava com as propostas de melhorar o desenvolvimento social e econômico, e em relação ao Brasil, Alan destacou os projetos criados por Lula, o Fome Zero, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, que melhoravam a distribuição de renda do país e reduziam a pobreza, estimulando o desenvolvimento social.

Com objetivos convergentes, diversas visitas ocorreram no mesmo ano em que Alan assumiu o poder, o presidente peruano esteve no Brasil no dia 9 de novembro, o secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães esteve em Lima um mês antes, entre outros contatos que levaram a assinatura de treze instrumentos internacionais de grande importância.

[...] (Declaração sobre a criação do mecanismo de consulta e cooperação entre os ministérios de Relações Exteriores e de Defesa do Peru e do Brasil, e a Declaração dos ministros de Defesa do Peru e do Brasil sobre cooperação em matéria de vigilância da Amazônia) e onze tratados bilaterais: Memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração; Memorando de entendimento sobre a luta contra a pobreza e a fome; Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Fortalecimento institucional do programa nacional de apoio direto aos mais pobres; Acordo complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “Gestão descentralizada dos programas sociais [...]”(NOVAK, NAMILHAS, 2013, p. 84).

Entre outros acordos de cooperação, as diversificações dos acordos assinalados significaram um interesse ainda maior do que somente a aliança estratégica entre ambos os países. Esta visita tendo resultado em acordos abordando diversas áreas, causou interesses aos investidores, tanto peruanos quanto brasileiros. O presidente peruano ficou encarregado de inaugurar um Seminário sobre investimentos e comércio, este evento reuniu mais de 250 empresários. Os encontros entre políticos brasileiros e peruanos continuaram acontecendo com frequência e resultando em mais acordos neste período.

Das visitas presidenciais, vale ressaltar o dia 18 de setembro de 2008. Alan García esteve em São Paulo para participar de um evento chamado EXPOPERU 2008, que tinha por objetivo atrair investimentos para o comércio, turismo e para o intercâmbio cultural. Seguindo os mesmos objetivos, no mês de outubro foi realizado em Lima, a primeira reunião da Comissão Bilateral de Monitoramento Peru-Brasil. A razão desta reunião era trocar informações sobre as políticas comerciais aplicadas pelos dois países, questões aduaneiras, fitossanitárias e sanitárias.

Os acordos gerados até o momento fizeram com que o ano de 2009 tivesse a agenda diplomática entre Peru e Brasil movimentada, gerando mais acordos, especialmente nas questões fronteiriças, físicas, energéticas, econômica, comercial e referentes a Rodovia Interoceânica.

Na área econômica e comercial, o Acordo para evitar uma dupla tributação entrou em vigor neste ano e ressaltou a necessidade de aprofundar o Acordo de Complementação Econômica.

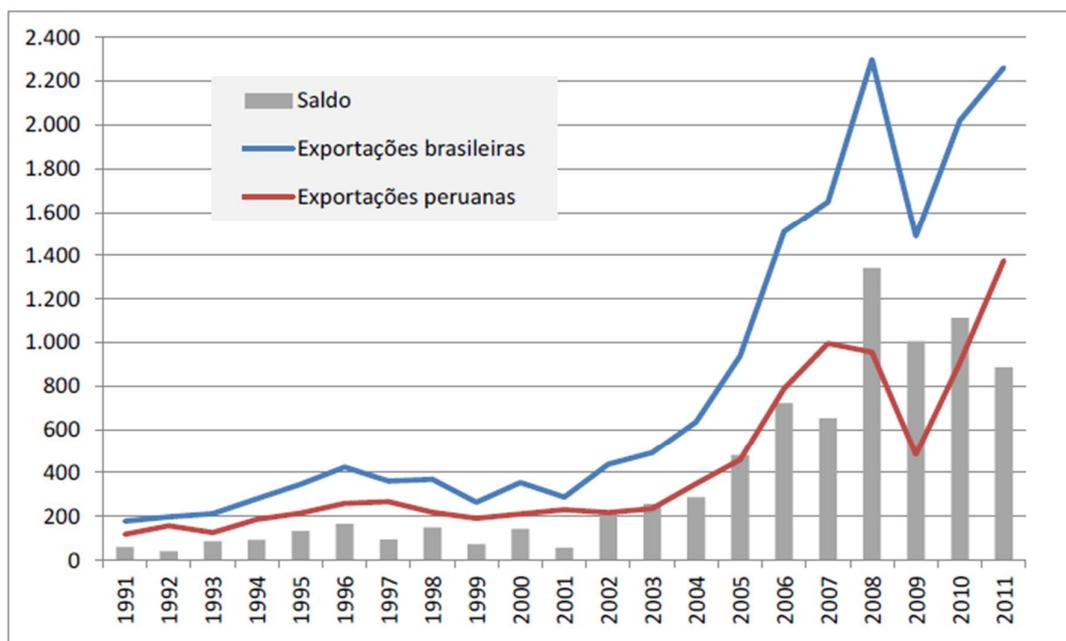
Em 2010, o presidente brasileiro e o peruano emitiram um comunicado dizendo que o elemento chave da agenda bilateral seria a cooperação para o abastecimento elétrico. Após um ano de negociações foi assinado o Acordo para o fornecimento de eletricidade para a República do Peru e a exportação de excedentes para a República Federativa do Brasil.

Em conclusão, durante cinco anos do segundo governo do presidente Alan García Pérez, não somente se continuou e aprofundou a aliança estratégica criada com o Brasil na gestão do presidente Alejandro Toledo, como ela foi superada tanto no número de encontros presidenciais e de acordos internacionais firmados entre ambos os países, como na diversificação e complexidade dos temas abordados. Nesse quinquênio, demonstrou-se que para Peru e Brasil, a aliança estratégica é uma política de Estado de ambos os países que deverá continuar, independentemente das mudanças de governo que ocorram em qualquer um deles.

#### **4.2 Análise comercial das relações bilaterais no governo Lula**

Inicialmente, as aproximações políticas entre Peru e Brasil não tinham foco comercial e econômico, mas através de encontros e negociações, foram encontradas oportunidades para estabelecer a integração econômica entre esses dois países. O fluxo comercial bilateral de 1991 até 2011 teve um crescimento extraordinário. Na Figura 1, é possível analisar o aumento deste fluxo de mercado durante esse período.

Figura 1 – Fluxo comercial Brasil – Peru.

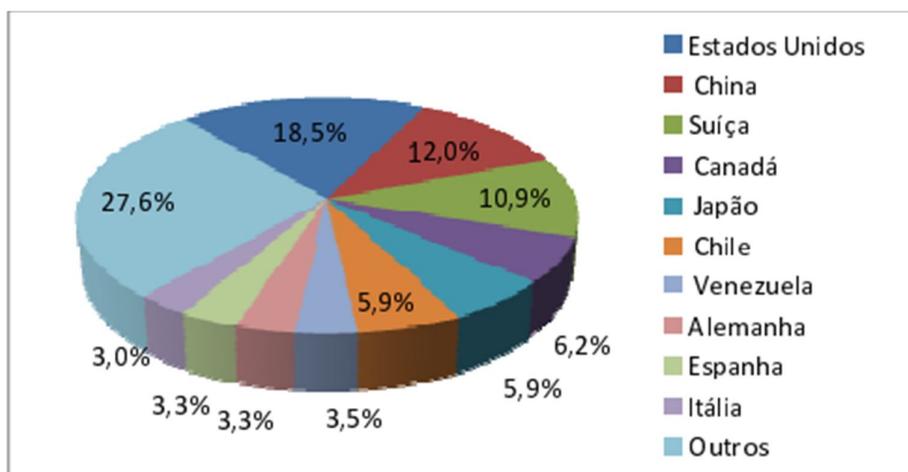


Fonte: Secex/MDIC.

O crescimento deste fluxo comercial foi mais expressivo para o Brasil, sendo superavitário todos estes anos, e tendo um aumento de 686% nas exportações, enquanto o Peru teve um aumento de 497%.

O resultado superavitário brasileiro em relação ao Peru pode ser explicado pelo seguinte fato, o perfil brasileiro de importações, é intensivo em bens industrializados, enquanto o Peru concentra suas exportações em produtos básicos. Então, o Brasil mesmo sendo o terceiro maior fornecedor da economia peruana em 2008, não figura entre os dez principais destinos das exportações peruanas, como é possível visualizar na Figura 2.

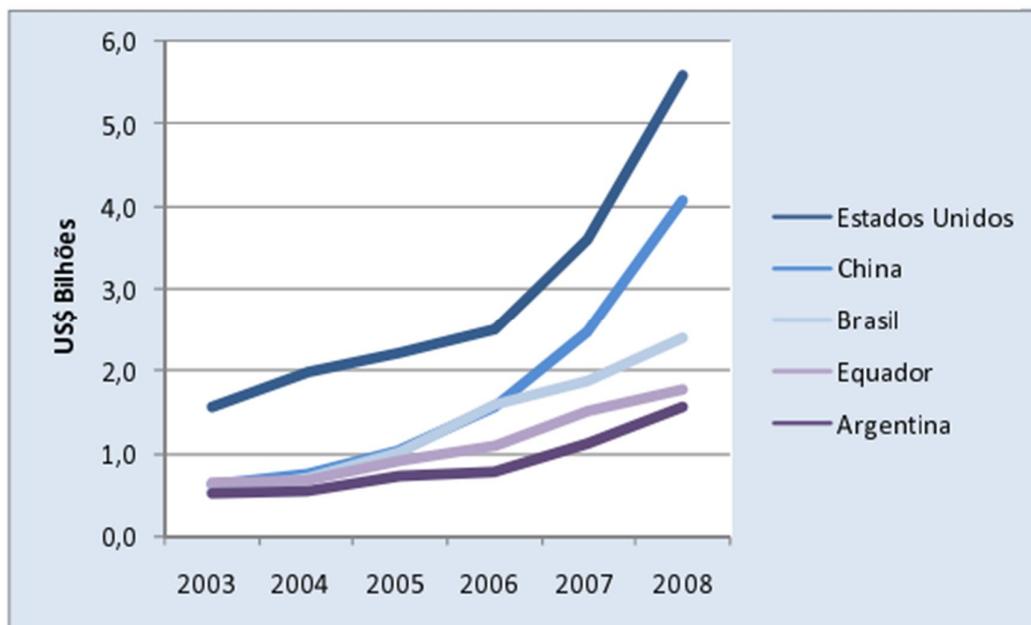
Figura 2 – Principais destinos das exportações peruanas em 2008.



Fonte: GTIS: Elaboração: UICC, Apex-Brasil.

Os acordos assinalados em 2003, que permitiram os avanços da aliança estratégica tiveram um enorme respaldo na relação econômico comercial. Avaliando a Figura 3 é possível perceber que o mercado brasileiro começou a ganhar espaço nas importações peruanas, perdendo somente para grandes economias como Estados Unidos e China.

Figura 3– Evolução das importações peruanas.



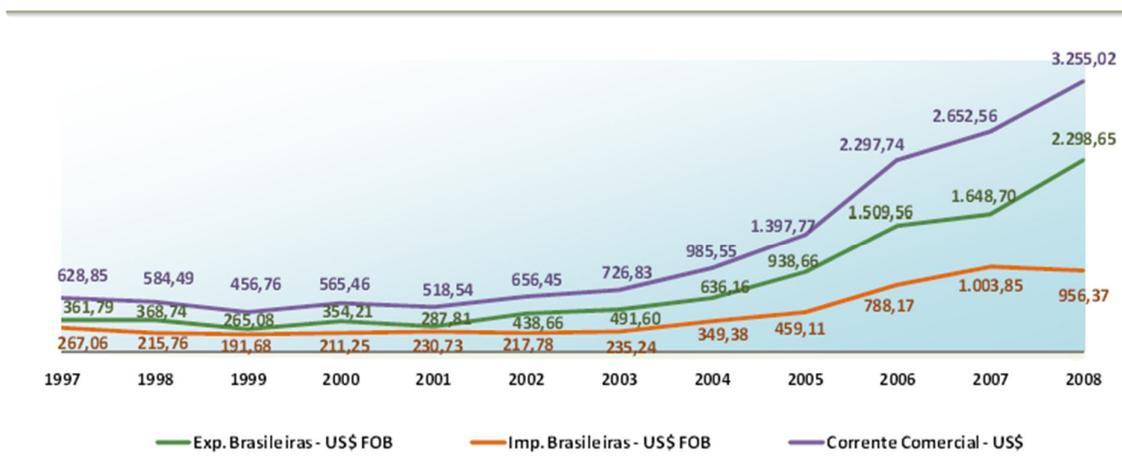
Fonte: GTIS: Elaboração: UICC, Apex-Brasil.

O Brasil por ter uma vasta área fronteira com o Peru e tendo grande capacidade de produção, poderia estar ainda melhor em relação às grandes potências (Estados Unidos e China).

O comércio entre Brasil e Peru vem crescendo de forma expressiva, principalmente depois de 2001. Tomando-se 1997 como ano base, a corrente de comércio, que era de US\$ 629 milhões ou 0,56% da soma total de exportações e importações do Brasil, elevou-se para US\$ 3.255 milhões ou 0,88% do total transacionado pelo país em 2008. (Apex-Brasil, 2008, p.21).

Esses valores comparados ao total da corrente comercial brasileira são muito baixos, mas lentamente as participações comerciais estão aumentando. Na Figura 4 é possível acompanhar a evolução da corrente comercial Brasil – Peru.

Figura 4 – Corrente comercial Brasil – Peru(US\$ milhões).



Fonte: GTIS. Elaboração UICC – Apex-Brasil.

As exportações brasileiras para o Peru em 2008 com o valor de 2.298,65 milhões de dólares foram divididas em, 18,1% (US\$417 milhões do total) de produtos básicos, 1,8% (US\$ 41 milhões) em produtos semimanufaturados e a maior parte, 80% (US\$ 1.839 milhão) em produtos manufaturados, ou seja, US\$ 1.880 milhão ou 81,8% das exportações brasileiras para o Peru são de produtos industrializados. Na Figura 5 é possível observar de maneira mais clara, os dados citados.

Figura 5 – Exportações brasileiras para o Peru por fator agregado (2006-2008)



Fonte: Aliceweb, MDIC. Elaboração: UICC, Apex-Brasil.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Peru são industrializados, na Figura 6 é possível identificar os produtos que fazem parte deste setor de industrializados, e também ver o crescimento deste mercado no período de 2006 a 2008.

Figura 6 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Peru

Ranking	SH2	Descrição	Valor Importado (em US\$)		
			2006	2007	2008
1	87	Veículos Automóveis e outros Terrestres, Partes e Acessórios	237.909.630	334.070.946	501.217.786
2	27	Combustíveis, Óleos e Ceras Minerais	401.391.356	395.746.578	364.116.890
3	84	Máquinas, Equipamentos e Instrumentos Mecânicos	171.184.649	251.732.377	334.276.752
4	72	Aço e Ferro Fundido	139.542.415	200.100.001	279.841.749
5	85	Máquinas e Materiais Elétricos, Aparelhos de Som, Imagem, Televisão e Acessórios	170.424.445	177.813.694	272.693.117
6	39	Plásticos e Suas Obras	85.779.422	80.646.736	88.786.782
7	48	Papel, Cartão e Obras de Pasta de Celulose	45.835.588	62.818.290	71.355.380
8	73	Obras de Ferro e Aço	57.071.588	29.515.915	44.984.222
9	40	Borrachas e Suas Obras	23.182.163	31.587.964	37.910.429
10	33	Óleos, Produtos de Perfumaria e Preparações Cosméticas	16.276.610	21.492.364	29.476.216
<b>Subtotal</b>			<b>1.348.597.866</b>	<b>1.585.524.865</b>	<b>2.024.659.323</b>
<b>Outros</b>			<b>257.780.271</b>	<b>298.712.794</b>	<b>391.641.338</b>
<b>Total</b>			<b>1.606.378.137</b>	<b>1.884.237.659</b>	<b>2.416.300.661</b>

Fonte: GTIS; Elaboração: UICC, Apex-Brasil

O Peru se mostrou um mercado atraente neste período pelo seu ótimo desempenho econômico e outro fator que também contribuiu para este cenário, foi uma política de atração de investimentos diretos. No ranking das importações brasileiras, o Peru ficou em trigésimo sétimo e no destino de exportações ficou em vigésimo lugar, o que afirma a melhora substancial para o Brasil no tocante às exportações.

### **4.3 GOVERNO DILMA**

Após dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva deixa de ser presidente do Brasil em 2011 e Dilma Rousseff assume o cargo em janeiro. No mesmo ano aconteceu à troca presidencial no Peru, com Ollanta Humala assumindo o cargo em Julho.

Dilma afirmou a necessidade do crescimento econômico e que para isso, é vital intensificar o intercâmbio comercial e consolidar novos sócios econômicos, e ressaltou também a erradicação da pobreza, sendo um dos focos de sua candidatura. Com as mesmas ideologias entre Peru e Brasil, as políticas exteriores continuaram estabelecendo aproximações. Até julho de 2012, os dois presidentes se encontraram quatro vezes.

Durante este período, as visitas entre políticos resultaram em alguns acordos, entre eles, cinco acordos complementares ao Acordo básico de Cooperação Técnica e Científica de 1975, e a Declaração Conjunta para o Desenvolvimento das Forças Armadas.

No dia 11 de novembro de 2013, Dilma Rousseff programou uma visita oficial ao Peru e após seguir um roteiro, a presidente se encontrou com o Chefe de Estado peruano. Juntos, os presidentes revisaram os principais temas da agenda bilateral, como o aprofundamento da cooperação em áreas como infraestrutura, temas sociais e relações comerciais. Além de questões regionais, principalmente a União de Nações Sul Americanas.

Esta visita representou os dez anos da Aliança Estratégica Brasil-Peru, lançada em 2003. No mesmo dia, Dilma Rousseff participou da abertura do Foro Empresarial Brasil – Peru, que reuniu os representantes das principais empresas de ambos os países.

No encerramento do Foro empresarial, Dilma Rousseff afirmou que a via de integração como parte dos projetos nacionais de desenvolvimento, foi responsável pelos avanços alcançados na última década. Este evento tinha como objetivo atrair investimentos para o Brasil e abrir mais portas para os empresários brasileiros no Peru.

Três acordos foram assinados, na área de comunicação, permitindo que moradores de algumas cidades que se situam nas regiões fronteiriças ficassem isentas da taxa de roaming

em suas ligações. O outro acordo é de cooperação entre as agências de água entre os dois países e o terceiro é para incentivar o intercâmbio de experiência em relações trabalhistas.

Para ressaltar os avanços das relações entre o Peru e o Brasil, Dilma Rousseff disse que o comércio bilateral cresceu quase seis vezes, ultrapassando 650 milhões de dólares para 3,7 bilhões de dólares. Nos primeiros nove meses de 2011, o fluxo comercial cresceu 7% e as exportações do Peru para o Brasil 50%, contribuindo para reduzir o déficit peruano e equilibrar o comércio bilateral. Afirmou também que o Brasil é o terceiro principal fornecedor ao Peru de produtos importados e o mercado brasileiro está em oitavo lugar como comprador dos produtos peruanos, e por fim, disse que estes avanços são resultados da progressiva eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias entre nossos países.

O Brasil foi considerado o terceiro parceiro comercial do Peru neste período. De janeiro a setembro de 2013, a corrente bilateral teve alta de 8,8% em relação ao ano de 2012, alcançando 2,9 bilhões de dólares. Outro fator que vale ser ressaltado é que o Peru é o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das perspectivas históricas referentes ao cenário econômico internacional é fundamental para compreender como a economia internacional funciona atualmente, e como os Estados atuam para continuarem se desenvolvendo de maneira competitiva. Durante o século XX, o sistema monetário sofreu grandes mudanças, deixando de ser o padrão-ouro para adotar um novo modelo acordado na Conferência de Bretton Woods. Neste modelo, os países se comprometiam a adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar.

Além da mudança do sistema monetário, nesta conferência foram estabelecidas diversas instituições para regular a política econômica internacional, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional.

A partir do surgimento dessas instituições e das organizações internacionais, novas perspectivas internacionais foram adotadas, houve a ascensão do liberalismo e os Estados começaram a se aproximar para se tornarem mais fortes economicamente e politicamente. Os blocos de integração regional passaram a ser extremamente importantes para obter exclusividades entre os países e adquirir vantagens no mercado internacional.

A América do Sul começou a se desenvolver cada vez mais ganhando espaços no mercado internacional, e novos blocos de integração foram surgindo, entre eles o Mercado Comum do Sul, da qual o Brasil faz parte, e a Comunidade Andina de Nações, que o Peru faz parte. Mesmo sendo de blocos regionais diferentes, ambos os países fazem partes de outras integrações, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul, a Associação Latino Americana de Integração e da União de Nações Sul Americanas.

Interesses em comum são extremamente importantes para as relações entre países, desde o início até meados do século XX o Peru e o Brasil não tinham objetivos convergentes. Mas, por serem países vizinhos e por fazerem fronteira, aliás, uma das maiores fronteiras em extensão do mundo, os dois países tinham muitas preocupações em comum, especialmente na floresta Amazônica que faz parte da área fronteira, juntamente com o Acre.

As questões fronteiriças e a floresta Amazônica foram motivos para pequenos conflitos entre os dois países, mas com o passar do tempo, se tornou uma das principais razões de integração entre os dois Estados. Projetos de integração física, econômica e energética ocuparam as agendas diplomáticas de ambos os países, até que finalmente foi formada uma aliança estratégica.

De forma simbólica, esta aliança estratégica representou a superação de um passado onde nem sempre houve vontades políticas para obter maiores integrações, ou concretizar algo. Os frutos da aliança estratégica além de intensificar o comércio e a cooperação entre os dois Estados, ambos os países começaram a se esforçar para garantir o equilíbrio na relação econômica.

Esse histórico diplomático serviu para demonstrar que o Peru e o Brasil não devem voltar a passar por períodos de tensão ou de desinteresse. Ambos os países devem consolidar uma fortaleza do centro sul americano, com uma projeção bi oceânica.

A aproximação entre o Brasil e o Peru aconteceu de forma gradativa e lenta, mas por terem alguns problemas e interesses em comum, através de muitas negociações foi possível formar uma relação bilateral econômica que demonstrou excelentes avanços no século XXI. Além do desenvolvimento conjunto de projetos humanitários e de cooperação em diversas áreas, como a proteção e a vigilância da floresta Amazônica.

Apesar de todos os avanços diplomáticos, o Brasil continua perdendo mercado para outros países que possuem um maior nível de integração com o Peru, como os Estados Unidos e a China que possuem um acordo de livre comércio e podem comercializar com vantagens exclusivas.

O Peru sempre privilegiou sua política externa para uma relação de paz e boa vizinhança com os países mais próximos. As oportunidades e as relações estratégicas oferecidas pelo Brasil para o Peru são muito vantajosas, nesse sentido é extremamente importante dar continuidade em todos os acordos e projetos elaborados até o momento. Para isto, é fundamental manter as aproximações entre os representantes políticos dos dois Estados, para que aconteçam reuniões periódicas, e assim avancarem nas execuções dos projetos e também criarem novas oportunidades de integração.

É importante concluir o processo de incorporação do Peru ao Sistema de Vigilância da Amazônia Brasileira e também fortalecer a cooperação militar entre os dois países. Assim como deve ser concluído o processo de interconexão viária, aérea e fluvial nos eixos interoceânicos do Amazonas, do Centro e do Sul. Também, continuar estimulando os processos de integração nas áreas fronteiriças, investindo em obras de desenvolvimento econômico e social nestas áreas.

O déficit comercial do Peru em relação ao Brasil é um problema que precisa ser solucionado também, diversificar suas exportações pode ser uma saída. O Brasil eliminando todas as restrições e barreiras protecionistas, sejam elas tarifárias ou não, iria simplificar o comércio entre os dois países, além de aumentar o fluxo.

Outros incentivos envolvendo o fluxo de pessoas entre os dois países podem ser fundamentais para a intensificação das relações bilaterais, como por exemplo, criar novos escritórios comerciais e de investimentos, promover a cultura, gastronomia para atrair o turismo.

Enfim, todos os esforços, por menores que sejam, podem estimular novas oportunidades para a intensificação desta aliança estratégica, trazendo vantagens para ambos os países.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Rodrigo; Corsi, Francisco; BELLUCCI, Natalia. IIRSA e PAC: Impactos econômicos, sociais e ambientais. Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009.

Disponível em:

<https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=2648&numeroEdicao=19>

Acesso em 21 de Nov, 2014

ALMEIDA, Daniel Freire. ETAPAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS BLOCOS ECONÔMICOS. Bauru, Lawinter, 2011. Disponível em:

<http://www.lawinter.com/irelations1.pdf>

Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

ALMEIDA, Daniel Freire. COMÉRCIO INTERNACIONAL: DO GATT À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Bauru, Lawinter. Disponível em:

<http://www.lawinter.com/42008cidfalawinter.htm>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O desenvolvimento do MERCOSUL: progressos e limitações. Brasília, Revista Espaço da Sophia, 2011. Disponível em:

<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>

Acessado em 21 de Nov, 2014.

AQUINO, Marco. Lula vai ao Peru em busca de maior integração energética. Reuters. Brasil, 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2009/12/10/ult729u83219.jhtm>.

Acesso em 24 de Nov, 2014.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena. Os países da Comunidade Andina. São Paulo, FUNAG, 2004.

Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/228-](http://funag.gov.br/loja/download/228-Paises_da_Comunidade_Andina_Os_Vol._II.pdf)

[Países\\_da\\_Comunidade\\_Andina\\_Os\\_Vol.\\_II.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/228-Paises_da_Comunidade_Andina_Os_Vol._II.pdf)

Acessado em 21 de Nov, 2014.

BAUMANN, Renato. INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – COM REFERÊNCIA A CELSO FURTADO. Brasília, UFRJ, 2005.

Disponível em:

<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/22292/LCBRSDT028RenatoBaumann.pdf>

Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

BBC. Países do Mercosul decidem suspender Paraguai do bloco

Disponível em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120628\\_paraguai\\_suspenso\\_mc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120628_paraguai_suspenso_mc.shtml)

Acessado em 21 de Nov, 2014.

CARNEIRO, Paloma Torres. Organização Mundial do Comércio: histórico, estrutura e problemática entre os países do norte e do sul. Brasília, Âmbito Jurídico, 2011 Disponível em:

[\[juridico.com.br/site/?n\\\_link=revista\\\_artigos\\\_leitura&artigo\\\_id=10319&revista\\\_caderno=16#\]\(http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=10319&revista\_caderno=16#\).](http://www.ambito-</a></p></div><div data-bbox=)

Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

CARTIER, Stephanie. Solução de controvérsias: conferência das nações unidas para comércio e desenvolvimento. Nova York e Genebra, UNCTAD, 2003. Disponível em: [http://unctad.org/pt/docs/edmmisc232add33\\_pt.pdf](http://unctad.org/pt/docs/edmmisc232add33_pt.pdf). Acesso em 24 de Nov, 2014.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Bretton Woods aos 60 anos. Disponível em [http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton\\_woods\\_aos\\_60\\_anos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf). Acesso em 24 de Nov, 2014.

CASTILHO, Marta. COMÉRCIO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO PRODUTIVA: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS DOS PAÍSES DA ALADI. Brasília, IPEA, 2012. Disponível em: [http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/td\\_1705.pdf](http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/td_1705.pdf)  
Acessado em 21 de Nov, 2014.

DEIRO, Daniel Girardi; Mallmann, Maria Izabel. O GATT e a Organização Mundial do Comércio no Cenário Econômico Internacional desde Bretton Woods. Porto Alegre, PUC-RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ffch/neroi/artigodaniel.pdf>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

FERNANDES, Vinícius Betsur Alvarenga. Organização Mundial do Comércio e a Conferência Ministerial de Cancun. Minas Gerais, PUC, 2003. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20060515160315.pdf?PHPSESSID=9b3d92eaddabe937c0afdb4b4037df25](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060515160315.pdf?PHPSESSID=9b3d92eaddabe937c0afdb4b4037df25)  
Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

FERRACIOLI, Paulo. DO GATT à OMC: a Regulação do Comércio Internacional. Brasil, FGV Management, 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/OMCna.pdf>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

FUNAG. A América do Sul e a Integração Regional  
Disponível em:  
[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf)  
Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

ITAMARATY. MERCOSUL  
Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>  
Acessado em 21 de Nov, 2014.

ITAMARATY. Negociações comerciais – OMC Rodada Doha.  
Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/4.1.2-negociacoes-comerciais-omc-rodada-doha/view> Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

LIANO, Nelson. Lula incentiva investimentos brasileiros no Peru. Brasil, 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2009/12/11/ult27u73810.jhtm>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

MARKWALD, Ricardo; RIBEIRO, Fernando. Comércio e integração econômica entre Brasil e Peru. Brasil: Banco interamericano de Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/1527/Com%C3%A9rcio%20e%20integra%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20entre%20Brasil%20e%20Peru.pdf;jsessionid=9EBFE72D2CC0928E89C1B0469704E5DD?sequence=1>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

MARCONDES, Renato Leite. Padrão-Ouro e Estabilidade. São Paulo, EST ECON, 1998. Disponível em: <http://rlmarcondes.files.wordpress.com/2009/10/marcondes-1998.pdf>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

MEYER, Camila Torres; CARVALHO, Carla Ramos; SANTOS, Clara do Carmo. PERU: Estudo de oportunidades. Brasília: Apex-Brasil, 2008. Disponível em [http://www.fiepr.org.br/cinpr/servicoscin/inteligencia-comercial/uploadAddress/407\\_2971\\_072009\\_Estudo\\_de\\_Oportunidades\\_no\\_Peru%5B45407%5D.pdf](http://www.fiepr.org.br/cinpr/servicoscin/inteligencia-comercial/uploadAddress/407_2971_072009_Estudo_de_Oportunidades_no_Peru%5B45407%5D.pdf). Acesso em 24 de Nov, 2014.

NOVAK, Fabián; NAMILHAS, Sandra. As Relações entre Peru e Brasil 1826 – 2012. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/12620-1442-5-30.pdf>  
Acesso em 21 de Nov, 2014.

OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O Sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. São Paulo: Pesquisa e Debate, 2008. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/7570/5510>. Acesso em 24 de Nov, 2014.

PEREIRA, Wesley Robert. OMC: estrutura institucional. Minas Gerais, PUC, 2005. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES\\_ARQ\\_DESCR20051025125214.pdf?PHPSESSID=b150859d0ce11cc87aeab9ad9448ba17](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20051025125214.pdf?PHPSESSID=b150859d0ce11cc87aeab9ad9448ba17)  
Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

PEREIRA, Wesley Robert. Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio. Minas Gerais, PUC, 2005. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES\\_ARQ\\_DESCR20050927090630.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20050927090630.pdf). Acesso em 21 de Nov, 2014.

PUCSP. Organização Mundial do Comércio  
Disponível em: [http://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/OMC/OMC\\_guia%20estudos.pdf](http://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/OMC/OMC_guia%20estudos.pdf)  
Acessado no dia 21 de Nov, 2014.

SARAIVA Ariane de Oliveira. A Aliança do Pacífico no contexto da integração regional na América Latina. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/A-%E2%80%98Alian%C3%A7a-do-Pac%C3%ADfico%E2%80%99-no-contexto-da-integra%C3%A7%C3%A3o-regional-na-Am%C3%A9rica-Latina1.pdf>  
Acesso em 21 de Nov, 2014

SEBRAE. MANUAL DE REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS PARA A EXPORTAÇÃO.

Disponível em:

[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/9ADB1C40BC444483832574B1004ACA80/\\$File/NT00038C4E.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9ADB1C40BC444483832574B1004ACA80/$File/NT00038C4E.pdf)

Acessado em 21 de Nov, 2014.

SCHMIDT, Rafael Vitória. A CONSTITUIÇÃO DA UNASUL E AS POSSIBILIDADES DE AVANÇOS PARA A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL.

Rio Grande do Sul, Revista Conjuntura Astral, 2010. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/16581/10022>

Acesso em 21 de Nov, 2014.

TAGLIETI, Lucas Webber; GONÇALVES, Bruno de Oliveira. Aliança do Pacífico a ideologia liberal. Santa Catarina, UFSC, 2013. Disponível em

<http://onial.wordpress.com/2013/05/27/a-alianca-do-pacifico-e-um-bloco-comercial/>.

Acesso em 24 de Nov, 2014.